

RELATÓRIO DE GESTÃO

CONTA DE GERÊNCIA



2018



GONDOMAR
é D'ouro

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

Índice Geral

1) Mensagem do Presidente	8
2) Introdução	11
3) Órgãos do Município	12
a) Assembleia Municipal	12
b) Câmara Municipal	14
4) Estrutura Orgânica do Município	15
5) Análise Orçamental	20
a) Execução Global do Orçamento	20
b) Grau de execução orçamental	22
c) Receita	23
d) Despesa	28
e) Encargos com Empréstimos Bancários	30
f) Transferências Correntes	30
g) Grandes Opções do Plano	33
6) Situação Económico-Financeira	35
a) Análise do Balanço	35
i Imobilizado	37
ii Dívidas de terceiros	41
iii Disponibilidades	42
iv Proveitos Diferidos	42
v Acréscimos de Proveitos	43
vi Acréscimos de Custos	44
vii Dívidas de Médio e Longo Prazo	44
viii Dívidas de Curto prazo	45
b) Análise da Demonstração dos Resultados	47
i Fornecimentos e serviços externos	49



GONDOMAR

é Doura

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

ii	Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais.....	50
iii	Custos com pessoal.....	50
iv	Amortizações do exercício.....	51
v	Provisões do exercício	51
vi	Custos e perdas financeiros	52
vii	Custos e perdas extraordinários.....	52
viii	Vendas e Prestações de serviços	53
ix	Impostos e Taxas	54
x	Transferência e subsídios obtidos.....	55
xi	Proveitos e ganhos financeiros	56
xii	Proveitos e ganhos extraordinários.....	56
7)	Endividamento.....	57
a)	Cálculo Do Endividamento Municipal.....	59
b)	Redução apurada do Endividamento Municipal	60
8)	Contabilidade de custos	62
9)	Indicadores Económico- Financeiros.....	65
a)	Solvabilidade.....	65
b)	Liquidez Geral	66
c)	Autonomia Financeira.....	67
d)	Estrutura.....	68
e)	Endividamento Total	68
10)	Proposta de Aplicação de Resultados	70
11)	Mapa de Acordos de pagamento.....	71
12)	Registo de Compromissos Plurianuais.....	72
13)	Balanço e Demonstração de Resultados.....	73
14)	Anexos às Demonstrações Financeiras.....	77
a)	8.1 Caracterização da Entidade.....	78
b)	8.2 Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados	82
15)	Certificação Legal de Contas	105

Índice de Quadros:

Quadro 1: Composição da Assembleia Municipal.....	13
Quadro 2: Composição da Câmara Municipal	14
Quadro 3: Estrutura de apoio até Março de 2018.....	15
Quadro 4: Estrutura orgânica da Câmara Municipal até Março de 2018.....	16
Quadro 5: Estrutura de apoio após Março de 2018.....	16
Quadro 6: Estrutura Orgânica da Câmara Municipal após Março de 2018.....	19
Quadro 7: Execução do Orçamento	20
Quadro 8: Equilíbrio Orçamental	21
Quadro 9: Equilíbrio Orçamental RFALEI	22
Quadro 10: Grau de execução orçamental.....	22
Quadro 11: Principais rubricas da receita.....	24
Quadro 12: Evolução dos impostos diretos	24
Quadro 13: Receitas provenientes dos impostos diretos.....	25
Quadro 14: Evolução das transferências correntes	26
Quadro 15: Tipologia das transferências recebidas	27
Quadro 16: Despesa por unidade orgânica	28
Quadro 17: Despesa por natureza	29
Quadro 18: Tipos de despesa.....	29
Quadro 19: Encargos com o serviço da dívida	30
Quadro 20: Transferências correntes.....	31
Quadro 21: Distribuição por freguesia	31
Quadro 22: Distribuição por corporação de bombeiros.....	32
Quadro 23: Distribuição por natureza de apoio	32
Quadro 24: Classificação funcional das GOP	33
Quadro 25: Composição da rubrica "Resíduos Sólidos"	34
Quadro 26: Distribuição na área da Educação.....	34
Quadro 27: Balanço Sintético	36
Quadro 28: Imobilizado do domínio público	39
Quadro 29: Imobilizado corpóreo	40
Quadro 30: Investimentos financeiros	40
Quadro 31: Dívidas de terceiros.....	41
Quadro 32: Mapa dos subsídios ao investimento.....	43
Quadro 33: Distribuição dos acréscimos de proveitos.....	43
Quadro 34: Distribuição dos acréscimos de custos.....	44
Quadro 35: Dívidas de médio e longo prazo.....	44
Quadro 36: Dívidas de curto prazo.....	45
Quadro 37: Demonstração de resultados.....	47
Quadro 38: Fornecimentos e serviços externos	49
Quadro 39: Composição das transferências correntes	50
Quadro 40: Custos com o pessoal	50



GONDOMAR

é Doura

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

Quadro 41: Amortizações do exercício	51
Quadro 42: Custos e perdas financeiras.....	52
Quadro 43: Custos e perdas extraordinárias	52
Quadro 44: Vendas e prestações de serviços	53
Quadro 45: Impostos e taxas	54
Quadro 46: Transferências e subsídios obtidos	55
Quadro 47: Proveitos e ganhos financeiros.....	56
Quadro 48: Proveitos e ganhos extraordinários	56
Quadro 49: Evolução do endividamento	57
Quadro 50: Cálculo do Endividamento Municipal	59
Quadro 51: Receita média dos 3 últimos exercícios	60
Quadro 52: Regularização do excesso de endividamento.....	60
Quadro 53: Contabilidade de custos	63
Quadro 54: Índice de solvabilidade.....	65
Quadro 55: Índice de liquidez geral	66
Quadro 56: Grau de autonomia financeira.....	67
Quadro 57: Índice de Estrutura.....	68
Quadro 58: Índice de Endividamento Total	69
Quadro 59: Imobilizado em poder de terceiros.....	91
Quadro 60: Participações financeiras.....	94
Quadro 61: Composição das dívidas de cobrança duvidosa.....	96
Quadro 62: Garantias prestadas a terceiros	97
Quadro 63: Composição das provisões	97
Quadro 64: Composição da classe 5.....	98
Quadro 65: Demonstração dos resultados financeiros	100
Quadro 66: Mapa do Ativo Bruto	101
Quadro 67: Mapa das amortizações e provisões.....	102
Quadro 68: Mapa dos Empréstimos.....	104

Índice de Gráficos

Gráfico 1: Poupança corrente	21
Gráfico 2: Equilíbrio corrente segundo o RFAEI	22
Gráfico 3: Execução orçamental	23
Gráfico 4: Evolução dos impostos diretos	25
Gráfico 5: Evolução das receitas dos impostos	26
Gráfico 6: Transferências correntes	26
Gráfico 7: Transferências do Orçamento de Estado	27
Gráfico 8: Evolução da dívida de médio e longo prazo	45
Gráfico 9: Evolução do passivo	57
Gráfico 10: Índice de solvabilidade	66
Gráfico 11: Índice de liquidez geral	66
Gráfico 12: Grau de Autonomia Financeira	67
Gráfico 13: Índice de Estrutura	68
Gráfico 14: Índice de endividamento total	69

Abreviaturas e conceitos utilizados:

CABIMENTOS - Na fase de intenção de realização de despesa, esta deve registar-se imediatamente na respectiva dotação (cabimentar o montante previsto) para assegurar que, quando se decidir assumir o compromisso de realização, se disponha de dotação para o efeito.

CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado

COMPROMISSOS - as obrigações de efetuar pagamentos a terceiros em contrapartida do fornecimento de bens e serviços ou da satisfação de outras condições. Os compromissos consideram-se assumidos quando é executada uma ação formal pela entidade, como sejam a emissão de ordem de compra, nota de encomenda ou documento equivalente, ou a assinatura de um contrato, acordo ou protocolo, podendo também ter um carácter permanente e estar associados a pagamentos durante um período indeterminado de tempo, nomeadamente salários, rendas, eletricidade ou pagamentos de prestações diversas;

COMPROMISSOS PLURIANUAIS - os compromissos que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico ou em anos económicos distintos do ano em que o compromisso é assumido.

DÍVIDA TOTAL - referente a operações orçamentais do município engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais. Para além destes itens são incluídos no apuramento: os serviços municipalizados e intermunicipalizados; as entidades intermunicipais e as entidades associativas municipais, independentemente de terem sido constituídas ao abrigo de regimes legais específicos ou do direito privado; as empresas locais e participadas e outras entidades em que o Município participa diretamente

FAM – Fundo de Apoio Municipal, constituído pela Lei nº 53/2014 de 25 de Agosto

FEF – Fundo de Equilíbrio Financeiro

FSM – Fundo Social Municipal

GOP – Grandes Opções do Plano

IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis

IMPOSTOS ABOLIDOS – impostos extintos mas cuja receita ainda reverte a favor do Município, como poderá ser o caso da contribuição autárquica e da sisa.

IMPOSTOS DIRECTOS - Este capítulo engloba, de forma desagregada, os impostos directos municipais estabelecidos na lei das finanças locais.

IMPOSTOS INDIRECTOS - Consideram-se as receitas que revistam a forma de taxas, licenças, emolumentos ou outras semelhantes pagas por unidades empresariais

IMT – Imposto Municipal Sobre Transações Onerosas de Imóveis

IUC – Imposto Único de Circulação

LFL – Lei das Finanças Locais – Lei nº 73/2013 de 3 de Setembro.

PAGAMENTOS EM ATRASO - as contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documentos equivalentes;

PASSIVOS - as obrigações presentes da entidade provenientes de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporam benefícios económicos. Um acontecimento que cria obrigações é

um acontecimento que cria uma obrigação legal ou construtiva que faça com que uma entidade não tenha nenhuma alternativa realista senão liquidar essa obrigação.

PMP – Prazo Médio de Pagamentos

POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei nº 54-A/99 de 22 de Fevereiro

PORTUGAL2020 - sucessor do atual Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN) e enquadrará os apoios estruturais da União Europeia entre 2014 e 2020, tendo como prioridades o setor privado e o emprego.

QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional

REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS - Sob esta rubrica escrituram-se as importâncias devolvidas à autarquia por corresponderem a pagamentos por esta feitos em excesso ou indevidamente.

RESPONSABILIDADES CONTINGENTES - possíveis obrigações que resultem de factos passados e cuja existência é confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob controlo da entidade, ou obrigações presentes que, resultando de acontecimentos passados.

RFALEI – Regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais - Lei nº 73/2013 de 3 de Setembro, republicada pela Lei nº 51/2018 de 16 de Agosto.

SATAPOCAL – Grupo de apoio técnico à implementação do POCAL

SERVIÇO DA DÍVIDA - é uma referência à totalidade dos pagamentos que o devedor faz para pagar os juros e amortizações de correspondente a um empréstimo.

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES - Entende-se por transferências correntes os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas correntes ou sem afectação preestabelecida.

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL - os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas de capital.

1) Mensagem do Presidente

Do ponto de vista macrofinanceiro, existem dois momentos relevantes dos Municípios:

Um deles é o Orçamento, um documento previsional onde se perspetiva a atividade do ano seguinte. Este é um documento sobre uma realidade aberta, e da qual apenas temos uma previsão.

O outro momento relevante é a prestação de contas. É sobre este que agora nos debruçamos, apresentando o relatório de gestão e a conta de gerência.

O primeiro apresenta a atividade e o desempenho do Município, bem como o contexto em que a mesma foi desenvolvida. As contas do Município são apresentadas em mapas contabilísticos específicos, aprovados no POCAL, nomeadamente: Balanço, Demonstração de resultados, Mapas de execução orçamental e Anexos às demonstrações financeiras.

Pretende-se com estes documentos, depois de devidamente aprovados pelos órgãos, e remetidos às entidades da tutela, dar a conhecer publicamente, a informação que permita a correta avaliação do desempenho.

Deste modo, estes instrumentos espelham a atividade desenvolvida em Gondomar, pela Autarquia, durante o ano de 2018, ou seja permitem traduzir, em números, a sua atividade.

Desta realidade, destacamos alguns indicadores que consideramos mais relevantes.

Desde logo se destaca o nível de endividamento pela consumação de tendência de descida.

Nível de endividamento:

2013	2014	2015	2016	2017	2018
2,12	1,96	1,93	1,79	1,72	1,55

Como se verifica, o ano de 2018 encerrou com 1,55 vezes a média da receita corrente dos últimos 3 anos. Esta é a forma de cálculo do nível de endividamento de acordo com a Lei das Finanças Locais. De salientar que todas as rubricas do passivo diminuíram face ao ano de 2017.



GONDOMAR

é Doura

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

O passivo próprio do Município ficou, a 31 de dezembro, no montante de 88.192.560,11€. Nesta rubrica a tendência tem sido de descida, tal como se verifica no seguinte gráfico.



A redução do passivo tem sido, à semelhança dos anos anteriores, efetuada a um ritmo muito superior ao que seria legalmente exigível, sendo que se abateu 4.864.274,00€ quando a exigência legal seria de 851.040€.

Não fossem duas situações relevantes e anteriores, o Município estaria em condições de, em 2019, apresentar um nível de endividamento inferior ao legalmente autorizado, ou seja, caso a operação de substituição de dívida da EDP tivesse sido aprovada pelo Tribunal de Contas, e este mesmo Tribunal abdicasse da exigência de considerar como dívida, a operação de adiantamento de créditos (rendas da habitação) realizada em 2005, estaríamos em condições de celebrar o regresso do Município de Gondomar aos níveis saudáveis de endividamento.

Ainda assim, a tendência verificada e que se perspetiva que possa continuar, indica que, brevemente, esta poderá ser a realidade do Município, tal como se verifica no gráfico infra.

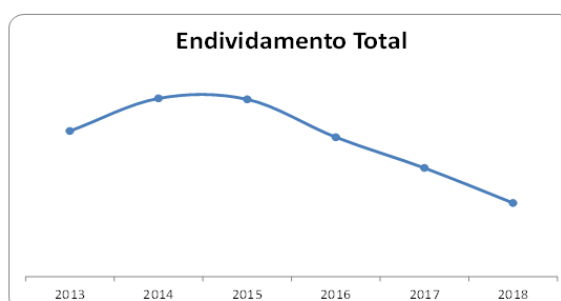


Gráfico 14: Índice de endividamento total



GONDOMAR
é Doura

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

Um outro indicador que é habitual destacarmos é o rácio de solvabilidade, ou seja, a capacidade de uma entidade (Município) dissolver os seus compromissos de médio e longo prazo. Este rácio obtém-se através da divisão entre fundos próprios e passivo, nunca podendo ser inferior a 35%, sendo recomendável que seja superior a 50%. No caso de Gondomar, situava-se em 119,29%, o que significa que o Município tem vindo, gradualmente a incrementar o seu nível de capacidade de solver os seus compromissos.

Estamos na presença de um documento bem revelador das tendências financeiras e do rigor de gestão autárquica que este executivo tem vindo a assumir.

Os gondomarenses têm uma autarquia cada vez melhor do ponto de vista financeiro, e em paralelo, com melhores níveis de equidade intergeracional, o que significa que as gerações vindouras terão um Município com menos encargos financeiros e com maior capacidade de investimento.

2) Introdução

Em cumprimento do disposto no ponto 13 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro com as alterações introduzidas pela Lei nº 162/99, de 14 de setembro, pelo Decreto-Lei nº 315/2000, de 2 de dezembro, pelo Decreto-Lei nº 84-A/2002, de 5 de abril e pela Lei nº 60-A/2005, de 30 de dezembro, apresenta-se o presente Relatório, relativo ao ano de 2018, que procura ser clarificador quanto à composição das receitas e despesas do Município de Gondomar, bem como relativamente à sua situação económica e financeira.

É da competência do órgão executivo do Município apresentar, anualmente, para aprovação, os documentos de Prestações de Contas do exercício do ano anterior.

De acordo com estabelecido no POCAL, os documentos de Prestação de Contas das Autarquias Locais são constituídos pelo Balanço, Demonstração de Resultados, Mapas de Execução Orçamental, Anexos às Demonstrações Financeiras e pelo Relatório de Gestão.

O presente relatório inclui, entre outros elementos, a análise da execução do Orçamento e das Grandes Opções do Plano, do Balanço e da Demonstração de Resultados, bem como à situação económica e financeira do município, onde se inclui a componente do endividamento.

3) Órgãos do Município

a) Assembleia Municipal

Neste capítulo detalha-se os eleitos locais para a Assembleia Municipal no mandato autárquico em curso:

Nome	Cargo
Ana Catarina de Sousa Pão Trigo	Deputado Municipal
Aníbal Jaime Gomes Lira	Presidente
Bruno Miguel Alves Pacheco	Deputado Municipal
Carmina Maria dos Santos Lopes	Deputado Municipal
David Manuel da Rocha Santos	Deputado Municipal
Diogo Alexandre Lages Augusto	Deputado Municipal
Licínio dos Anjos Bandeira e Silva	Deputado Municipal
Eugénia Maria de Sousa Braga Leite de Faria	Deputado Municipal
Fernando Alício Barreira Morais	Deputado Municipal
Fernando Cerqueira	Deputado Municipal
Graciano Sebastião Cardoso Martinho	Deputado Municipal
Joana Daniela Baldaia de Resende	Deputado Municipal
Joana Patrícia Fonseca Cardoso	Deputado Municipal
João Pedro Serra Soares Forte	Deputado Municipal
Cecília Bibiana Martins da Silva	Deputado Municipal
José Manuel Cardoso Alves Pereira -	1º Secretário
Luís Filipe Ramos Fernandes	Deputado Municipal
Manuel António Leite dos Santos	Deputado Municipal
Manuel Arnaldo Penêda Ferreira dos Santos	Deputado Municipal
Manuel Fernando Martins Marques	Deputado Municipal
Maria Fernanda Vieira Ferreira Rocha	Deputado Municipal



GONDOMAR

é Doura

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

Maria Leonor Almeida Alves Ferreira	Deputado Municipal
Maria Olinda Soares de Moura	Deputado Municipal
Maria Rosa de Sousa Oliveira	Deputado Municipal
Maria Teresa Rocha de Sousa Santos	2ª Secretária
Maribel Santos Fernandes	Deputado Municipal
Mário da Rocha Gonçalves	Deputado Municipal
Pedro Manuel Lopes Moura de Oliveira	Deputado Municipal
Rosa da Glória Cardoso Gomes	Deputado Municipal
Telmo Afonso da Mota Viana	Deputado Municipal
Tiago Margarido Silva Carvalho	Deputado Municipal
Valentina Sanchez Silva	Deputado Municipal
Vitor Cândido Coelho Guerra	Deputado Municipal
Francisco Alves Laranjeira	Presidente da Junta de Freguesia de Baguim do Monte
Rui da Mota Correia	Presidente da Junta de Freguesia da Lomba
Nuno Filipe Brito da Fonseca	Presidente da Junta de Freguesia de Rio Tinto
Pedro Miguel Teixeira Martins Vieira	Presidente da União das Freguesias de Fânzeres e S. Pedro da Cova
Isidro Ferreira de Sousa	Presidente da União das Freguesias de Foz do Sousa e Covelo
António José Ribeiro Braz	Presidente da União das Freguesias de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim
Manuel José Santos Paiva	Presidente da União das Freguesias de Melres e Medas

Quadro 1: Composição da Assembleia Municipal

b) Câmara Municipal

Neste capítulo detalha-se os eleitos locais para a Câmara Municipal no mandato autárquicos em curso:

Nome	Função
Marco André dos Santos Martins Lopes	Presidente da Câmara Municipal
Luís Filipe Castro de Araújo	Vice-Presidente
Maria Aurora Moura Vieira	Vereadora
Carlos Alberto Silva Brás	Vereador
José Fernando da Silva Moreira	Vereador
Sandra Eunice Ramos de Almeida	Vereadora
Valentim dos Santos de Loureiro	Vereador
Leonel Arcanjo Neves Viana	Vereador
Daniel Filipe Oliveira Vieira	Vereador
José António da Silva Pinto	Vereador
Rafael Gomes Amorim	Vereador

Quadro 2: Composição da Câmara Municipal

4) Estrutura Orgânica do Município

Durante o ano de 2018 registou-se uma mudança na Estrutura e Organização dos Serviços do Município de Gondomar:

Assim sendo, até ao dia 13 de março vigorou a Estrutura que constava do Despacho nº 3654-A/2014 publicado em Diário da República no dia 7 de março de 2014, nos seguintes termos:

Serviços de Assessoria e Apoio	Gabinete de Apoio à Presidência
	Gabinete de Apoio à Vereação
	Gabinete de Órgãos Autárquicos
	Divisão de Proteção Civil e Segurança
	Gabinete de Apoio às Freguesias
	Gabinete de Estudos Estratégicos
	Gabinete de Auditoria Interna
	Gabinete de Imprensa e Comunicação
	Gabinete de Tecnologias da Informação
	Gabinete de Protocolo e Relações Públicas

Quadro 3: Estrutura de apoio até Março de 2018

Unidades orgânicas	Departamento de Relacionamento com o Cidadão e Modernização Administrativa
	Departamento Jurídico e de Fiscalização
	Departamento de Obras Municipais
	Divisão Operacional de Administração Direta
	Divisão de Mobilidade, Trânsito e Gestão de Obras
	Departamento de Planeamento, Desenvolvimento Estratégico e Equipamento
	Divisão de Desenvolvimento Económico
	Divisão de Aquisições e Contratação Pública

	Departamento do Urbanismo
	Divisão de Gestão Urbanística e Obras Particulares
	Divisão de Recursos Humanos
	Divisão da Juventude e Tempos Livres
	Divisão de Espaços Públicos e Dinamização
	Divisão da Cultura
	Divisão de Educação, Formação e Emprego
	Divisão de Intervenção Educacional e Saúde
	Divisão da Habitação Social
	Divisão de Desporto e Gestão de Equipamentos Desportivos
	Divisão Financeira e Contabilidade
	Divisão de Desenvolvimento Social
	Divisão de Desenvolvimento Ambiental

Quadro 4: Estrutura orgânica da Câmara Municipal até Março de 2018

A partir de 14 de março de 2018, passou a vigorar a Estrutura que consta do Despacho nº 2597/2018 publicado em Diário da República no dia 13 de março de 2018, nos seguintes moldes:

Serviços de Assessoria e Apoio	Gabinete de Apoio à Presidência
	Gabinete dos Órgãos Autárquicos
	Gabinete de Comunicação e Imprensa
	Gabinete de Auditoria Interna e Qualidade
	Gabinete de Apoio à Vereação
	Gabinete de Protocolo
	Gabinete de Tecnologias de Informação
	Gabinete de Proteção Animal

Quadro 5: Estrutura de apoio após Março de 2018

Unidades orgânicas	DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO CIVIL, SEGURANÇA E FISCALIZAÇÃO
	Divisão de Fiscalização e Vistorias
	· Núcleo de Fiscalização
	· Núcleo de Proteção Civil
	· Núcleo de Gestão Administrativa
	DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO ESTRATÉGICO E EQUIPAMENTO
	Divisão de Planeamento e SIG
	· Núcleo de Estudos Estratégicos
	· Núcleo de Parque Automóvel e Oficinas
	· Núcleo de Equipamentos
	DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS
	Divisão de Mobilidade, Trânsito e Gestão de Obras
	Divisão Operacional e de Administração Direta
	· Núcleo de Gestão da Via Pública
	· Núcleo de Projetos e Estudos
	· Núcleo de Gestão Administrativa
	DEPARTAMENTO DE COESÃO SOCIAL
	Divisão de Desenvolvimento Social
	· Núcleo de Desenvolvimento de Projetos
	· Núcleo de Respostas Sociais
	· Núcleo de Saúde
	Divisão da Habitação Social
	· Núcleo de Gestão de Recursos e Equipamentos
	DEPARTAMENTO DE ATENDIMENTO MUNICIPAL E INOVAÇÃO
	Divisão de Atendimento Municipal e Inovação
	· Núcleo de Tramitação Documental



GONDOMAR
é Doura

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

	· Núcleo de Inovação
	DEPARTAMENTO DO URBANISMO
	Divisão de Gestão Urbanística e Obras Particulares
	· Núcleo de Gestão Administrativa
	· Núcleo de Projetos de Interesse Municipal
	DEPARTAMENTO JURÍDICO E DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA
	Divisão Jurídica
	· Núcleo de Contencioso
	· Núcleo Apoio Jurídico
	Divisão de Aquisições e Contratação Pública
	DEPARTAMENTO ECONÓMICO E FINANCEIRO
	Divisão de Desenvolvimento Económico
	· Núcleo de Turismo
	Divisão de Contabilidade
	· Núcleo de Património
	Divisão de Educação
	· Núcleo de Promoção e Gestão de Projetos Educativos
	· Núcleo de Gestão de Equipamentos e Recursos
	· Núcleo de Desenvolvimento Educacional
	· Núcleo de Intervenção Sócio -Escolar
	Divisão dos Recursos Humanos
	· Núcleo de Gestão de Recursos Humanos
	· Núcleo de Desenvolvimento Socioprofissional e Condições de Trabalho
	· Núcleo de Desenvolvimento Profissional, Avaliação e Recrutamento
	Divisão de Cidadania e Participação
	· Núcleo de Cidadania e Igualdade
	· Núcleo de Participação e Transparência



GONDOMAR
é Douró

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

	Divisão do Desporto
	· Núcleo de Gestão de Equipamentos Desportivos
	· Núcleo de Gestão de Piscinas Municipais
	· Núcleo de Desporto
	· Núcleo de Gestão do Pavilhão Multiusos
	Divisão da Juventude
	· Núcleo de Gestão e Dinamização da Juventude
	Divisão da Cultura
	· Núcleo de Arquivo e Património Cultural
	· Núcleo de Programação Cultural
	Divisão de Desenvolvimento Ambiental:
	· Núcleo de Gestão de Resíduos
	· Núcleo de Florestas e Recursos Naturais

Quadro 6: Estrutura Orgânica da Câmara Municipal após Março de 2018

5) *Análise Orçamental*

a) Execução Global do Orçamento

No ano de 2018, a receita cobrada foi de 73.565.962,27 euros que, acrescida do saldo inicial no valor de 11.866,12 euros, perfaz o montante global de 73.577.828,39 euros.

A despesa realizada no ano de 2018 foi de 69.923.925,42 euros, pelo que o valor do saldo que passa para a Gerência seguinte é 3.653.902,97 euros.

Valores em euros

Saldo Gerência Anterior	11.866,12 €	4,24%	Despesa Corrente	52.290.188,58 €	80,20%
Receita Corrente	67.979.302,28 €	89,60%	Despesa de Capital	17.633.736,84 €	19,78%
Receita de Capital	5.586.659,99 €	6,16%	Saldo de Gerência	3.653.902,97 €	0,02%
Total	73.577.828,39 €	100,00%	Total	73.577.828,39 €	100,00%

Quadro 7: Execução do Orçamento

Do quadro acima verifica-se que 89,60% da Receita Total é de natureza corrente, enquanto, as despesas correntes representam 80,20% da Despesa Total. A poupança corrente obtida foi de 15.689.113,70 euros, poupança essa que permitiu o financiamento de parte do Plano Plurianual de Investimentos.

O princípio do equilíbrio orçamental, consagrado no ponto 3.1.1 do POCAL, estabelece que o orçamento deve prever os recursos necessários para cobrir todas as despesas, e que as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes. A Execução Orçamental do Município cumpre claramente este princípio o que demonstra a boa e equilibrada gestão dos recursos.

Valores em euros	
Rubrica	Valor
Receita Corrente (1)	67.979.302,28 €
Despesa Corrente (2)	52.290.188,58 €
Poupança corrente (1) - (2)	15.689.113,70 €

Quadro 8: Equilíbrio Orçamental

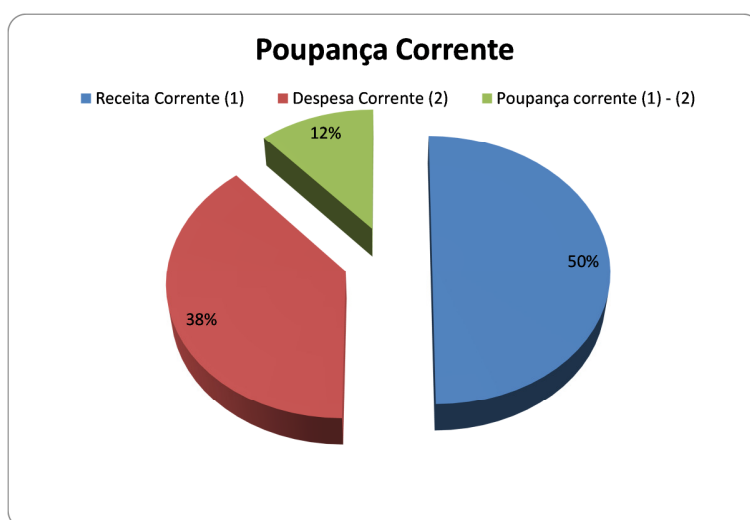


Gráfico 1: Poupança corrente

Por seu turno, o RFALEI, estipula no nº 2 do seu artigo 40º que “a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo”. Regra que também se cumpriu, como se pode verificar no quadro abaixo:

Valores em euros

Rubrica	Valor
Receita Corrente	67.979.302,28 €
Despesas Correntes (1)	52.290.188,58 €
Amortização Média Empréstimos (2)	3.687.613,86 €
Soma (1) + (2)	55.977.802,44 €

Quadro 9: Equilíbrio Orçamental RFALEI

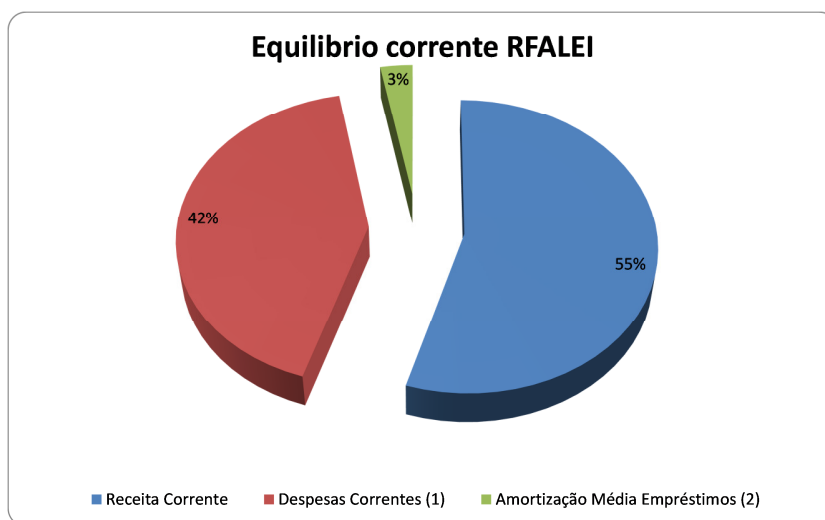


Gráfico 2: Equilíbrio corrente segundo o RFALEI

b) Grau de execução orçamental

Considerando os níveis de execução orçamental tanto do orçamento da receita como da despesa, temos:

	Receita	Despesa
Execução Orçamental	85,99%	82,18%

Quadro 10: Grau de execução orçamental

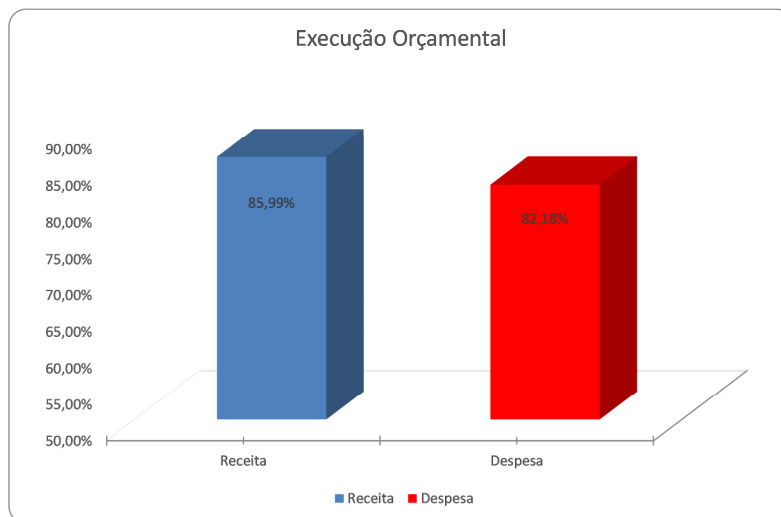


Gráfico 3: Execução orçamental

c) Receita

Relativamente ao peso de cada uma das rubricas na formação da receita cobrada, vemos que assumem particular relevância os “Impostos Diretos” (38,41%) e as “Transferências Correntes” (35,96%), à semelhança do que se vem verificando nos anos transatos:

Valores em euros

Designação	Realizado	% de cada Rubrica
Impostos diretos	28.258.085,47 €	38,41%
Impostos indiretos	1.523.839,36 €	2,07%
Taxas, multas e outras penalidades	917.368,30 €	1,25%
Rendimentos da propriedade	770.474,67 €	1,05%
Transferências correntes	26.456.922,81 €	35,96%
Venda de bens e serviços correntes	9.800.095,05 €	13,32%
Outras receitas correntes	232.629,12 €	0,32%
Venda de bens de investimento	43.673,33 €	0,06%
Transferências de capital	5.542.986,66 €	7,53%
Passivos financeiros	- €	0,00%
Outras receitas de capital	- €	0,00%
Reposições não abatidas nos pagamentos	19.887,50 €	0,03%
Saldo da gerência anterior	11.866,12 €	0,02%
Totais	73.577.828,39 €	100,00%

Quadro 11: Principais rubricas da receita

Importará então verificar qual tem sido a evolução destas duas importantes fontes de receita do Município nos últimos anos:

Valores em euros

Rubrica	2018	2017	2016	2015	2014	2013
Impostos diretos	28.258.085,47 €	24.585.316,41 €	22.355.478,70 €	21.066.329,53 €	21.039.495,80 €	22.312.469,52 €

Quadro 12: Evolução dos impostos diretos

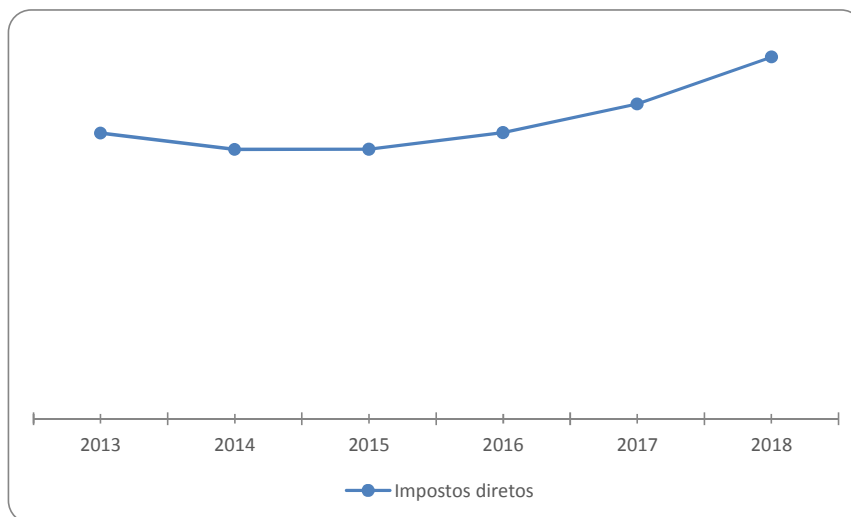


Gráfico 4: Evolução dos impostos diretos

Em 2018 verificou-se um acréscimo face aos valores dos anos anteriores que fundamentalmente se deve ao aumento de receitas oriundas do IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis.

Valores em euros

Impostos	2018	2017	2016	2015	2014	2013
IMI	17.624.126,48 €	14.254.821,76 €	14.290.735,57 €	14.355.824,40 €	14.082.178,61 €	14.811.269,71 €
IUC	3.498.143,10 €	3.285.057,82 €	3.082.219,09 €	3.027.234,69 €	3.109.058,18 €	3.401.355,40 €
IMT	3.963.941,00 €	4.456.842,74 €	2.584.835,07 €	2.201.213,91 €	2.155.249,80 €	1.999.441,46 €
Derrama	3.170.796,83 €	2.574.128,91 €	2.393.428,40 €	1.479.885,90 €	1.667.000,62 €	2.090.433,55 €
Impostos abolidos	1.078,06 €	14.465,18 €	4.260,57 €	2.170,63 €	26.008,59 €	9.969,40 €
TOTAL	28.258.085,47 €	24.585.316,41 €	22.355.478,70 €	21.066.329,53 €	21.039.495,80 €	22.312.469,52 €

Quadro 13: Receitas provenientes dos impostos diretos

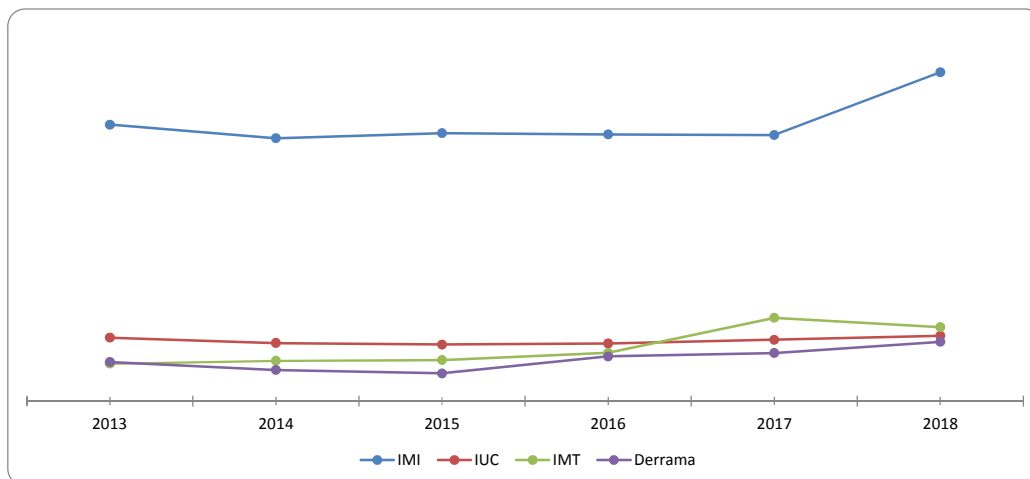


Gráfico 5: Evolução das receitas dos impostos

No que respeita às Transferências Correntes os valores nos últimos anos são conforme se dá conta na tabela e gráfico seguinte:

Valores em euros

Designação	2018	2017	2016	2015	2014
Transferências correntes	26.456.922,81 €	26.096.670,06 €	25.110.640,53 €	24.872.812,98 €	22.498.627,39 €

Quadro 14: Evolução das transferências correntes

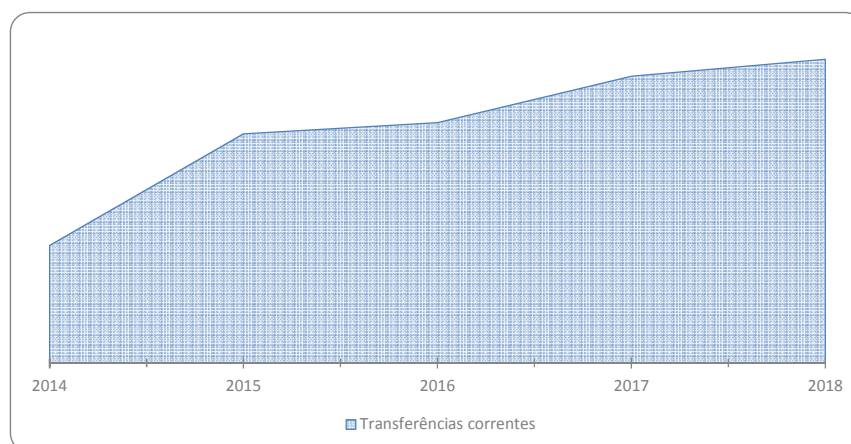


Gráfico 6: Transferências correntes

Detalhando pelas diferentes rubricas:

Valores em euros

Rubrica	2018	2017	Variação
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	9.814.964,00 €	9.948.983,00 €	-1,3%
Fundo Social Municipal (FSM)	2.278.209,00 €	2.278.209,00 €	0,0%
Participação Fixa no IRS	5.727.143,00 €	5.298.762,00 €	8,1%
Educação - Transferências	8.209.076,89 €	8.316.280,22 €	-1,3%
Estado-Part. Proj. co-financiados	427.529,92 €	254.435,84 €	68,0%

Quadro 15: Tipologia das transferências recebidas

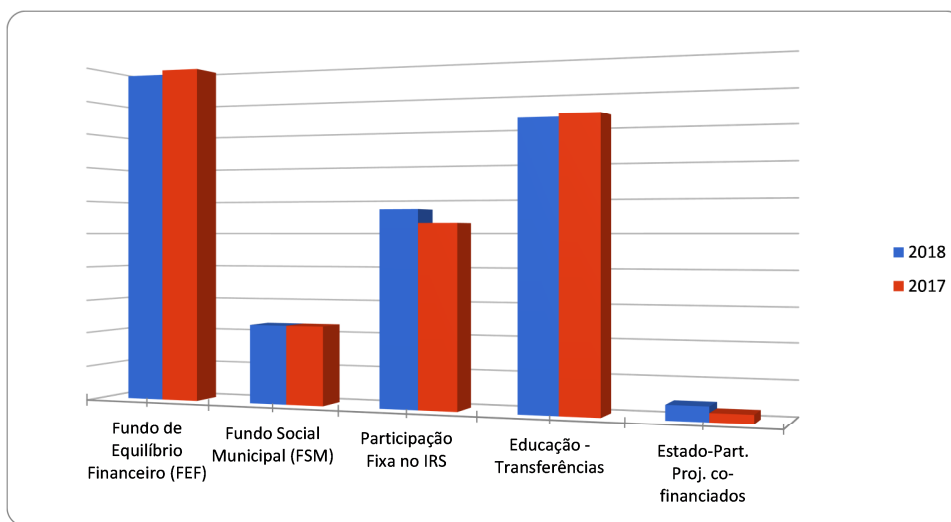


Gráfico 7: Transferências do Orçamento de Estado

d) Despesa

No ano de 2018 a despesa total paga foi de 69.923.925,42 euros, o que representa uma taxa de execução de 82,18%.

Valores em euros

Designação	Dotação	Pago	Execução
Assembleia Municipal	57.950,00 €	32.154,37 €	55,49%
Operações Financeiras	4.081.805,00 €	4.007.833,60 €	98,19%
Órgãos Autárquicos e Administração Geral	9.286.769,00 €	6.972.114,89 €	75,08%
Proteção Civil, Segurança e Fiscalização	1.687.463,00 €	1.522.782,34 €	90,24%
Planeamento e Desenvolvimento Estratégico	495.139,00 €	444.485,70 €	89,77%
Modernização e Atendimento	927.664,00 €	799.051,81 €	86,14%
Recursos Humanos	2.717.092,00 €	2.011.008,86 €	74,01%
Cidadania e Participação	11.000,00 €	4.509,40 €	40,99%
Financeiro, Contabilidade e Património	3.143.847,00 €	2.513.068,74 €	79,94%
Aquisições e Contratação Pública	292.783,00 €	238.573,03 €	81,48%
Tecnologias de Informação	1.287.646,00 €	849.099,37 €	65,94%
Jurídico	490.897,00 €	427.703,86 €	87,13%
Protocolo	51.331,00 €	26.618,66 €	51,86%
Oficinas e Parque Automóvel	1.871.414,12 €	1.658.578,76 €	88,63%
Obras Municipais	12.226.235,88 €	7.984.646,13 €	65,31%
Mobilidade	150.274,00 €	99.177,04 €	66,00%
Coesão Social	5.047.014,00 €	4.019.334,98 €	79,64%
Cultura	2.066.410,00 €	1.725.395,53 €	83,50%
Urbanismo	923.866,00 €	834.098,02 €	90,28%
Educação, Formação e Emprego	13.856.849,00 €	12.013.257,16 €	86,70%
Desenvolvimento Económico e Turismo	2.440.704,00 €	1.632.706,50 €	66,89%
Espaços Públicos e Dinamização	992.867,00 €	850.647,20 €	85,68%
Proteção do Meio Ambiente, Florestas e Recursos Naturais	13.577.094,00 €	13.252.596,67 €	97,61%
Desporto e Gestão de Equipamentos	6.804.849,00 €	5.549.828,76 €	81,56%
Juventude e Tempos Livres	598.964,00 €	454.654,04 €	75,91%
Total	85.087.927,00 €	69.923.925,42 €	82,18%

Quadro 16: Despesa por unidade orgânica



Em termos de natureza de despesa, a execução foi a seguinte:

Valores em euros			
	Dotação	Pago	Execução
Despesas Correntes	61.150.401,12 €	52.290.188,58 €	85,51%
Despesas de Capital	23.937.525,88 €	17.633.736,84 €	73,67%
Total Geral	85.087.927,00 €	69.923.925,42 €	82,18%

Quadro 17: Despesa por natureza

A execução do orçamento da despesa por classificação económica demonstra-se no mapa seguinte:

Valores em euros			
Designação	Dotação	Pago	Execução
Despesas com Pessoal	24.597.248,00 €	23.032.253,32 €	93,64%
Aquisição de bens e serviços	28.135.782,12 €	21.831.472,87 €	77,59%
Juros e outros encargos	214.536,00 €	210.221,38 €	97,99%
Transferências correntes	6.701.931,00 €	5.877.366,93 €	87,70%
Subsídios	194.303,00 €	193.516,21 €	99,60%
Outras despesas correntes	1.306.601,00 €	1.145.357,87 €	87,66%
Aquisição de bens de capital	18.802.216,88 €	12.634.153,87 €	67,20%
Transferências de capital	1.268.140,00 €	1.201.970,75 €	94,78%
Ativos financeiros	303.738,00 €	303.738,00 €	100,00%
Passivos financeiros	3.563.431,00 €	3.493.874,22 €	98,05%
Totais	85.087.927,00 €	69.923.925,42 €	82,18%

Quadro 18: Tipos de despesa

e) Encargos com Empréstimos Bancários

No Serviço da Dívida inclui-se para além dos encargos com os juros e amortizações de empréstimos contraídos pelo Município os juros suportados com indemnizações e de garantias prestadas à Autarquia. No ano de 2018, os encargos com o serviço de dívida ascenderam a 3.704.095,60 euros, repartidos entre juros e amortização de capital.

Valores em euros	
Operações Financeiras	Valor
Juros e outros encargos	210.221,38 €
Passivos financeiros - amortização	3.493.874,22 €
Total	3.704.095,60 €

Quadro 19: Encargos com o serviço da dívida

f) Transferências Correntes

Nesta rubrica incluem-se as transferências de natureza corrente efetuadas pela Autarquia a favor de terceiros, que em 2018 se repartiram da seguinte forma:

Valores em euros

Transferências	Valor
Freguesias	1.403.799,05 €
Associações de Municípios	58.078,82 €
Outras Entidades	103.579,00 €
Administração Central (Escolas)	363.055,79 €
Instituições sem Fins Lucrativos	3.101.946,54 €
Famílias	838.069,73 €
Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	8.838,00 €
Total	5.877.366,93 €

Quadro 20: Transferências correntes

Detalhe das transferências efetuadas para as Freguesias, no âmbito dos Contratos Interadministrativos e Acordos de Execução celebrados (incluindo no âmbito dos Transportes Escolares):

Valores em euros

Freguesia	Valor
Freguesia da Lomba	102.633,88 €
Freguesia de Baguim do Monte	141.000,00 €
Freguesia de Rio Tinto	294.048,22 €
União de Freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova	236.000,00 €
União de Freguesias de Foz do Sousa e Covelo	177.860,20 €
União de Freguesias de Gondomar, Valbom e Jovim	287.458,91 €
União de Freguesias de Melres e Medas	164.797,84 €
TOTAL	1.403.799,05 €

Quadro 21: Distribuição por freguesia

No que concerne às transferências efetuadas para Instituições sem Fins Lucrativos, destaca-se as realizadas a favor das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários e as executadas no âmbito do Programa de Apoio ao Associativismo:

Valores em euros

Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários	2018	2017	Variação
Areosa - Rio Tinto	132.113,10 €	123.745,79 €	6,76%
Gondomar	151.744,29 €	131.630,10 €	15,28%
Melres	106.168,28 €	101.342,70 €	4,76%
São Pedro da Cova	119.501,16 €	112.737,35 €	6,00%
Valbom	119.953,83 €	117.043,80 €	2,49%

Quadro 22: Distribuição por corporação de bombeiros

Valores em euros

Programa de Apoio ao Associativismo	Valor
Cultural	209.385,25 €
Desportivo	578.760,31 €
Social	145.392,36 €
Sócio - Educativo	7.750,00 €

Quadro 23: Distribuição por natureza de apoio

g) Grandes Opções do Plano

A execução das Grandes Opções do Plano no ano de 2018 foi de 71,48%, conforme se dá conta no seguinte mapa, em que as rubricas GOP são agrupadas por classificação funcional:

Valores em euros

Designação	Dotação	Pago	Execução
Administração Geral	4.083.533,00 €	2.459.862,38 €	60,24%
Proteção civil e luta contra incêndios	689.090,00 €	620.480,20 €	90,04%
Educação	5.082.726,00 €	3.601.017,61 €	70,85%
Ação Social	1.125.000,00 €	612.453,33 €	54,44%
Habitação	1.628.690,00 €	1.385.859,19 €	85,09%
Saneamento	3.040.596,00 €	2.981.715,96 €	98,06%
Resíduos Sólidos	8.968.348,00 €	8.967.524,49 €	99,99%
Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	1.497.024,00 €	1.374.731,20 €	91,83%
Cultura	1.094.384,00 €	848.250,00 €	77,51%
Desporto, recreio e lazer	2.429.430,00 €	1.730.681,26 €	71,24%
Energia, Transportes e comunicações	7.440.367,88 €	4.244.794,04 €	57,05%
Comércio Turismo e Outras funções Económicas	1.894.979,00 €	1.275.443,61 €	67,31%
Total	38.974.167,88 €	30.102.813,27 €	77,24%

Quadro 24: Classificação funcional das GOP

As rubricas com maior peso nas Grandes Opções do Plano são “Resíduos Sólidos”, “Energia, Transportes e comunicações” e “Educação”.

No que concerne aos “Resíduos Sólidos”, são de destacar os encargos com o serviço de recolha de resíduos sólidos e higiene urbana (Rede Ambiente) e o serviço de tratamento de resíduos sólidos (LIPOR):

Valores em euros

Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	Despesa
Serviço de recolha de resíduos sólidos e higiene urbana	4.859.980,66 €
Serviço de tratamento de resíduos sólidos	2.956.833,53 €

Quadro 25: Composição da rubrica "Resíduos Sólidos"

Quanto à área da Educação, destacam-se as seguintes despesas como tendo sido as mais relevantes em 2018, sem prejuízo das diversas intervenções em edifícios escolares:

Valores em euros

Educação	Despesa
Programa de Auxílios Económicos	217.083,16 €
Escolas - Apoio ao funcionamento	125.972,63 €
Programa - Refeições Escolares	1.272.108,85 €
Programa - Transportes Escolares	245.458,42 €
Atividades de Animação e Apoio à Família	143.649,64 €

Quadro 26: Distribuição na área da Educação

6) Situação Económico-Financeira

a) Análise do Balanço

As informações apresentadas neste capítulo resultam da contabilidade patrimonial, sistema que tem por objetivo principal o registo das operações que modificam a constituição, quantitativa ou qualitativa, do património, o qual é determinado como o agregado de todos os seus bens, direitos e obrigações, e os custos e proveitos gerados pela atividade desenvolvida num exercício económico.

O Balanço e o Sistema Contabilístico apresentados em anexo adequam-se ao previsto no POCAL, espelhando a situação patrimonial da Autarquia a 31 de dezembro de 2018.

A elaboração do Balanço tem por base o princípio do acréscimo, e evidencia os direitos e as obrigações a receber e a pagar em exercícios futuros.

Os dados trabalhados neste capítulo, com os quadros e os gráficos que acompanham a informação, pretendem evidenciar os dados mais importantes para a composição de cada rubrica, não podendo por isso ser confrontados com os valores finais das demonstrações financeiras.

Balanço sintético

Valores em euros

Descrição	2018	2017	Variação
Imobilizado	357.611.114,24 €	356.019.664,71 €	0,45%
Dívidas de Terceiros	5.699.348,54 €	5.350.741,26 €	6,52%
Disponibilidades	7.557.667,81 €	3.737.676,91 €	102,20%
Acréscimos e diferimentos	1.005.722,96 €	616.878,71 €	63,03%
Ativo	371.873.853,55 €	365.724.961,59 €	1,68%
Património	182.160.129,34 €	178.976.163,80 €	1,78%
Reservas e doações	18.810.486,48 €	10.962.895,63 €	71,58%
Resultados transitados	3.004.737,32 €	4.904.823,13 €	-38,74%
Resultado líquido do exercício	- 1.692.278,87 €	- 2.151.598,53 €	-21,35%
Fundos Próprios	202.283.074,27 €	192.692.284,03 €	4,98%
Dividas a terceiros - Médio e Longo Prazo	78.061.082,67 €	81.559.305,29 €	-4,29%
Provisão para riscos e encargos	2.589.075,25 €	2.609.706,82 €	-0,79%
Dividas a terceiros - Curto Prazo	14.622.171,38 €	15.843.513,12 €	-7,71%
Acréscimos e diferimentos	74.318.449,98 €	73.020.152,33 €	1,78%
Passivo	169.590.779,28 €	173.032.677,56 €	-1,99%

Quadro 27: Balanço Sintético

Numa breve análise do quadro acima, salientam-se os seguintes dados:

- Houve um acréscimo de disponibilidades, como se aferiu atrás na análise orçamental;



GONDOMAR

é Dour

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

- Na rubrica Reservas e Doações o acréscimo existente verifica-se essencialmente pelo registo a favor do Município de Gondomar de edifícios escolares, transferidos do Estado, pela Lei de Execução Orçamental;
- O crescimento da rubrica Acréscimos e diferimentos no Ativo, refere-se ao valor dos impostos recebidos em Janeiro mas, que se referem ao mês de Dezembro de 2018.

Nos quadros seguintes, serão decompostas cada uma das rubricas do balanço para uma análise mais detalhada.

i Imobilizado

Preconiza o POCAL no ponto 4- Critérios de Valorimetria:

"4.1 - Imobilizações

4.1.1 - O ativo imobilizado, incluindo os investimentos adicionais ou complementares, deve ser valorizado ao custo de aquisição ou ao custo de produção.

Quando os respetivos elementos tiverem uma vida útil limitada ficam sujeitos a uma amortização sistemática durante esse período, sem prejuízo das exceções expressamente consignadas.

4.1.2 - Considera-se como custo de aquisição de um ativo a soma do respetivo preço de compra com os gastos suportados direta e indiretamente para o colocar no seu estado atual.

4.1.3 - Considera-se como custo de produção de um bem a soma dos custos das matérias-primas e outros materiais diretos consumidos, da mão-de-obra direta e de outros gastos gerais de fabrico necessariamente suportados para o produzir.

Os custos de distribuição, de administração geral e financeiros não são incorporáveis no custo de produção.

4.1.4 - Quando se trate de ativos do imobilizado obtidos a título gratuito deverá considerar-se o valor resultante da avaliação ou o valor patrimonial definidos nos termos legais ou, caso não exista disposição aplicável, o valor resultante da avaliação segundo critérios técnicos que se adequem à natureza desses bens. O critério de valorimetria aplicado deverá ser explicitado e justificado no anexo adequado (nota 8.2.3).

Caso este critério não seja exequível, o imobilizado assume o valor zero até ser objeto de uma grande reparação assumindo então o montante desta.



GONDOMAR

é Dour

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

Na impossibilidade de valorização dos bens ou quando estes assumam o valor zero, devem ser identificados em anexo e justificada aquela impossibilidade (nota 8.2.14).

4.1.5 - No caso de inventariação inicial de ativos cujo valor de aquisição ou de produção se desconheça, aplica-se o disposto no número anterior.

4.1.6 - No caso de transferências de ativos entre entidades abrangidas pelo presente Plano ou por este e pelo POCP, o valor a atribuir será o valor constante nos registos contabilísticos da entidade de origem, desde que em conformidade com os critérios de valorimetria estabelecidos no presente Plano, salvo se existir valor diferente do fixado no diploma que autorizou a transferência ou, em alternativa, valor acordado entre as partes e sancionado pelos órgãos e entidades competentes.

Na impossibilidade de aplicação de qualquer das alternativas referidas, será aplicado o critério definido no n.º 4.1.4.

4.1.7 - Os bens de domínio público são incluídos no ativo imobilizado da autarquia local responsável pela sua administração ou controlo, estejam ou não afetos à sua atividade operacional.

A valorização destes bens será efetuada, sempre que possível, ao custo de aquisição ou ao custo de produção, devendo nos casos restantes aplicar-se o disposto no n.º 4.1.6.

4.1.8 - As despesas de instalação, bem como as de investigação e de desenvolvimento, devem ser amortizadas no prazo máximo de cinco anos.

4.1.9 - Nos casos em que os investimentos financeiros, relativamente a cada um dos seus elementos específicos, tiverem, à data do balanço, um valor inferior ao registado na contabilidade, este pode ser objeto da correspondente redução, através da conta apropriada. Esta não deve subsistir logo que deixe de se verificar a situação indicada.

4.1.10 - Quando à data do balanço os elementos do ativo imobilizado corpóreo e incorpóreo, seja ou não limitada a sua vida útil, tiverem um valor inferior ao registado na contabilidade, devem ser objeto de amortização correspondente à diferença, se for de prever que a redução desse valor seja permanente. Aquela amortização extraordinária não deve ser mantida se deixarem de existir os motivos que a originaram.

4.1.11 - Como regra geral, os bens de imobilizado não são suscetíveis de reavaliação, salvo se existirem normas que a autorizem e que definam os respetivos critérios de valorização.

4.1.12 - Sem prejuízo do princípio geral de atribuição dos juros suportados aos resultados do exercício, quando os financiamentos se destinarem a imobilizações, os respetivos custos poderão ser imputados à compra e produção das mesmas, durante o período em que elas estiverem em curso, desde que isso se considere mais adequado e se mostre consistente.

Se a construção for por partes isoláveis, logo que cada parte estiver completa e em condições de ser utilizada cessará a imputação dos juros a ela inerentes. “



GONDOMAR

é Douro

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

No que respeita às amortizações efetuadas aos bens do Património Municipal, a mesma disposição legal prevê, no ponto 2.7.2:

“2.7.2 - Amortizações

O método para o cálculo das amortizações do exercício é o das quotas constantes. Para efeitos de aplicação do método das quotas constantes, a quota anual de amortização determina-se aplicando aos montantes dos elementos do ativo imobilizado em funcionamento as taxas de amortização definidas na lei.

O valor unitário e as condições em que os elementos do ativo imobilizado sujeitos a depreciação ou a depreciação possam ser amortizados num só exercício são os definidos na lei. A fixação de quotas diferentes das estabelecidas na lei, para os elementos do ativo imobilizado corpóreo adquirido em 2.ª mão, é determinada pelo órgão deliberativo da autarquia local sob proposta do órgão executivo, acompanhada de justificação adequada. “

Dentro destes critérios que vêm sendo aplicados ao longo dos exercícios económicos, os movimentos em contas de imobilizado foram os que se apresentam nos quadros anexos seguintes:

Domínio Público

Valores em euros

Rubricas	Descrição	Saldo Inicial	Amortizações	Saldo Final
451	Terrenos e recursos naturais	5.728.076,92 €		5.728.076,92 €
452	Edifícios	958.826,80 €	152.847,32 €	805.979,48 €
453	Outras construções e infraestruturas	216.784.567,26 €	171.570.391,71 €	45.214.175,55 €
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	137.506,23 €		137.506,23 €
459	Outros bens de domínio público	7.700.905,16 €	2.399.482,14 €	5.301.423,02 €
445	Imobilizações em curso bens de domínio público	7.732.162,75 €		7.732.162,75 €
446	Adiantamentos por conta bens de domínio público			- €
		239.042.045,12 €	174.122.721,17 €	64.919.323,95 €

Quadro 28: Imobilizado do domínio público

Imobilizado corpóreo

Valores em euros

Rubricas	Descrição	Saldo Inicial	Amortizações	Saldo Final
421	Terrenos e recursos naturais	45.996.803,47 €		45.996.803,47 €
422	Edifícios e outras construções	287.152.399,01 €	48.160.138,34 €	238.992.260,67 €
423	Equipamento básico	4.706.946,31 €	3.665.534,92 €	1.041.411,39 €
424	Equipamento transporte	2.687.638,97 €	2.205.287,17 €	482.351,80 €
425	Ferramentas e utensílios	644.965,73 €	481.615,45 €	163.350,28 €
426	Equipamento administrativo	5.348.954,94 €	4.398.258,98 €	950.695,96 €
427	Taras e vasilhame			- €
429	Outras imobilizações corpóreas	5.152.088,59 €	4.438.034,32 €	714.054,27 €
442	Imobilizações em curso imobilizações corpóreas	1.509.886,59 €		1.509.886,59 €
448	Adiantamentos por conta imobilizações corpóreas	- €		- €
		353.199.683,61 €	63.348.869,18 €	289.850.814,43 €

Quadro 29: Imobilizado corpóreo

Investimentos Financeiros

Valores em euros

Rubricas	Descrição	Saldo Inicial	Ajustamento	Saldo Final
411	Partes de capital	842.689,01 €	371,15 €	842.317,86 €
412	Obrigações e títulos de participação	1.835.178,00 €	- €	1.835.178,00 €
4141	Terrenos e recursos naturais	163.080,00 €	- €	163.080,00 €
4142	Edifícios e outras construções	- €	- €	- €
4151	Depósitos em instituições financeiras	- €	- €	- €
4152	Títulos de dívida pública	- €	- €	- €
4153	Outros títulos	- €	- €	- €
441	Imobilizações em curso investimentos financeiros	- €	- €	- €
447	Adiantamentos por conta investimentos financeiros	- €	- €	- €
		2.840.947,01 €	371,15 €	2.840.575,86 €

Quadro 30: Investimentos financeiros

Relativamente ao imobilizado, o processo de inventariação do património municipal da Autarquia encontra-se em permanente atualização, sendo que são regularmente efetuadas verificações da situação do imobilizado, bem como atualizados os processos nas entidades externas competentes, como a Autoridade Tributária e a Conservatória do Registo Predial.

ii Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros no final do ano decompõem-se da seguinte forma:

Valores em euros	
Designação	Valor
Impostos indirectos específicos das autarquias locais	42.871,99 €
Loteamentos e obras	208,70 €
Ocupação da via pública	17.753,80 €
Publicidade	22.461,70 €
Impostos indirectos - Outros	2.447,79 €
Loteamentos e obras	1.617,98 €
Taxas - Outras	578,52 €
Rendas	58.124,29 €
Venda de bens	514.643,20 €
Publicações e impressos	1,23 €
Produtos alimentares e bebidas	514.641,97 €
Serviços	1.186.639,05 €
Aluguer de espaços e equipamentos	29.805,04 €
Resíduos sólidos	1.033.897,78 €
Mercados e feiras	40.976,30 €
Outros	81.880,33 €
Habitações	40.483,43 €
Outras	29.405,07 €

Quadro 31: Dívidas de terceiros

De referir a rubrica Resíduos Sólidos se referem a valores faturados e não cobrados ao longo da concessão atribuída à empresa Águas de Gondomar, SA. Para este montante foram constituídas provisões pela antiguidade desses montantes não cobrados.

iii Disponibilidades

A 31 de dezembro de 2018, o montante em caixa foi de 12.745,69 euros, sendo o valor em numerário de 12.205,69 euros e o valor em cheques recebidos, por depositar, de 540,00 euros.

O saldo depositado em instituições bancárias ficou fixado em 7.544.922,12 euros.

iv Proveitos Diferidos

Na rubrica de proveitos diferidos encontram-se inscritos os valores referentes a participações de investimentos amortizáveis.

São incluídos também, os proveitos referentes à cedência de créditos futuros, por 20 anos, das rendas de habitação, operação realizada em 2005.

Os movimentos do ano incluem as participações recebidas, as amortizações e eventuais regularizações.

Valores em euros

Programas - Descrição	Comp. recebida 2018	Total Programa	Amortizações Acumuladas	Total Líquido	2018
Biblioteca Municipal		1.154.454,00 €	187.598,80 €	966.855,20 €	14.430,68 €
Programa POLIS		8.918.484,30 €	3.121.469,54 €	5.797.014,76 €	445.924,22 €
Programa PER		869.131,67 €	152.098,08 €	717.033,59 €	10.864,15 €
Programa Pro-Habita		7.590.123,80 €	889.699,75 €	6.700.424,05 €	94.876,55 €
URBAN II		2.736.502,78 €	830.937,63 €	1.905.565,13 €	72.950,83 €
ON- Operação Norte		5.936.935,19 €	1.530.408,44 €	4.406.526,75 €	164.685,67 €
POA Programa Operacional do Ambiente		787.616,98 €	433.189,35 €	354.427,63 €	39.380,85 €
Habituação Social D.L. 226/87		1.352.485,60 €	207.036,06 €	1.145.449,54 €	18.821,46 €
QREN		23.550.167,99 €	3.440.011,94 €	20.110.156,05 €	614.597,22 €
Requalificação Rede Escolar - DREN		11.667.825,13 €	858.840,34 €	10.808.984,79 €	145.847,81 €
Alargamento da Rede Pré-Escolar - DREN		671.635,34 €	50.133,74 €	621.501,60 €	8.854,97 €
Regulação da Iluminação pública		700.000,00 €	433.125,00 €	266.875,00 €	87.500,00 €
Regulação da iluminação pública em Gondomar		700.000,00 €	433.125,00 €	266.875,00 €	87.500,00 €
Eficiência Energética nas Piscinas Municipais		963.343,44 €	129.848,43 €	833.495,01 €	32.666,66 €
Portugal 2020	4.439.470,46 €	6.901.281,53 €	387.190,04 €	6.514.091,49 €	243.388,99 €
OVERBOOKING		3.946.708,76 €	384.313,43 €	3.562.395,33 €	192.156,73 €
	4.439.470,46 €	77.746.696,51 €	13.035.900,57 €	64.710.795,92 €	2.186.946,79 €

Quadro 32: Mapa dos subsídios ao investimento

v Acréscimos de Proveitos

Nesta rubrica registam-se os proveitos referentes a Dezembro de 2018, mas que se traduzirão em receita no ano de 2019.

Valores em euros

Componente	Ano 2018
Impostos	1.003.628,39 €
Outros custos diferidos	2.094,57 €

Quadro 33: Distribuição dos acréscimos de proveitos

vi Acréscimos de Custos

Os acréscimos de custos incluem os custos do exercício de 2018 a liquidar no exercício de 2019, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, dos quais se destacam as seguintes rubricas:

Valores em euros

Componente	Ano 2018
Seguros a liquidar	1.520,82 €
Remunerações a liquidar	2.907.927,70 €
Juros a liquidar	26.204,94 €
Outros acréscimos de custos	837.700,63 €

Quadro 34: Distribuição dos acréscimos de custos

vii Dívidas de Médio e Longo Prazo

Da análise das componentes de médio e longo prazo temos duas rubricas que se descrevem no quadro seguinte:

Valores em euros

Descrição	2018	2017	2016	2015	2014
Dívidas a instituições de crédito	33.625.832,72 €	37.120.598,23 €	40.635.087,84 €	44.062.831,60 €	47.495.068,90 €
Credores de médio e longo prazo - EDP	48.032.249,95 €	48.032.249,95 €	49.189.301,47 €	50.825.937,19 €	52.414.927,75 €
TOTAL	81.658.082,67 €	85.152.848,18 €	89.824.389,31 €	94.888.768,79 €	99.909.996,65 €

Quadro 35: Dívidas de médio e longo prazo

Nota: Para efeitos de elaboração do quadro acima foram considerados os montantes totais relativos às dívidas a instituições financeiras e à EDP, ao contrário do apresentado no Balanço em que está desagregado o montante de curto prazo para as dívidas a instituições financeiras.

A evolução desde 2014 das componentes de médio e longo prazo pode ser verificada no seguinte gráfico:

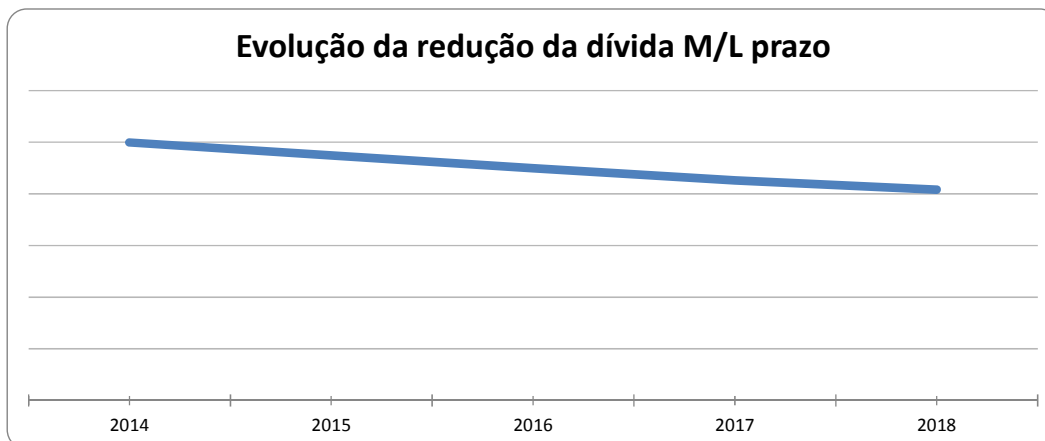


Gráfico 8: Evolução da dívida de médio e longo prazo

viii Dívidas de Curto prazo

Relativamente à componente de Dívidas de curto prazo, descreve-se no quadro seguinte:

Valores em euros

Descrição	2018	2017
Fornecedores	4.278.698,93 €	3.840.796,87 €
Fornecedores de imobilizado	1.988.951,91 €	2.715.869,04 €
Estado e outros entes públicos	418.521,89 €	426.819,66 €
Outros credores	964.921,44 €	1.863.171,36 €
	7.651.094,17 €	8.846.656,93 €

Quadro 36: Dívidas de curto prazo

Por se tratar de uma rubrica de curto prazo e como tal suscetível de bastantes flutuações não se ilustra graficamente, nem será pertinente a análise da variação percentual entre anos.

É no entanto importante realçar que na rubrica Estado e outros entes públicos, está incluído uma parcela respeitante Operações de Tesouraria, no montante de 200.511,10 euros referente a faturação das Rendas de Habitação Social, cuja receita foi cedida por 20 anos a duas instituições financeiras. A partir de 2017 o Município de Gondomar passou a emitir faturas referentes às rendas de habitação social no último dia de cada mês.



GONDOMAR
é Dour

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

Assim, este montante refere-se à emissão da faturação no último dia útil de Dezembro de 2018, sendo que este valor apenas foi cobrado e entregue às instituições financeiras em janeiro de 2019.

Na elaboração do mapa acima foram excluídos os valores relativos ao Fundo de Apoio Municipal (FAM) e o montante que está registado em Garantias e Cauções.

b) Análise da Demonstração dos Resultados

A Demonstração de Resultados por natureza adequa-se ao previsto no POCAL, apresentando os resultados das operações económicas (custos e proveitos) da Autarquia durante o ano de 2018:

Valores em euros

DESCRIÇÃO	Ano 2018	Ano 2017	Varição
Custos e Perdas			
Fornecimentos e serviços externos	24.344.489,63 €	24.312.673,80 €	0,13%
Custos com o pessoal	23.523.605,04 €	22.884.763,97 €	2,79%
Transferências e subsídios correntes	5.460.252,33 €	4.720.808,72 €	15,66%
Amortizações do exercício	20.287.322,55 €	18.986.952,34 €	6,85%
Provisões do exercício	- €	2.082.764,24 €	-100,00%
Outros custos e perdas operacionais	624.120,51 €	569.235,14 €	9,64%
Custos e perdas financeiras	220.709,94 €	242.132,53 €	-8,85%
Custos e perdas extraordinárias	1.479.598,42 €	1.236.880,81 €	19,62%
TOTAL DE CUSTOS	75.940.098,42 €	75.036.211,55 €	1,20%
Resultado líquido do exercício	- 1.692.278,87 €	- 2.151.598,53 €	
Proveitos e Ganhos			
Vendas de produtos	- €	- €	
Prestações de serviços	9.301.072,64 €	8.018.028,16 €	16,00%
Rendas	4.458.917,57 €	4.665.992,29 €	-4,44%
Impostos e taxas	29.373.362,07 €	25.343.794,01 €	15,90%
Transferências e subsídios obtidos	27.876.987,44 €	27.357.350,48 €	1,90%
Proveitos e ganhos financeiros	154.814,37 €	3.577,77 €	4227,12%
Proveitos e ganhos extraordinários	3.082.665,46 €	7.495.870,31 €	-58,88%
TOTAL DE PROVEITOS	74.247.819,55 €	72.884.613,02 €	1,87%

Quadro 37: Demonstração de resultados

Da análise do quadro acima podemos retirar as seguintes conclusões:

- Os Proveitos do Exercício são de 74.247.819,55 euros, tendo aumentado em 1,87% relativamente ao ano anterior;
- Os Custos do Exercício atingiram o valor de 75.940.098,42 euros, havendo incremento de apenas 1,20% face a 2017;
- O crescimento da rubrica Prestações de Serviços será analisado mais adiante, em detalhe, no Quadro 44;
- O crescimento da rubrica Proveitos e Ganhos financeiros refere-se à distribuição de dividendos por parte da empresa Águas Douro e Paiva
- O Resultado Líquido do Exercício foi de - 1.692.278,87 euros.

Tal como foi feito para o Balanço, a seguir apresenta-se a decomposição de cada uma das rubricas para uma análise mais detalhada.

De referir que os valores que se expõe nos quadros abaixo são contabilizados de acordo com a alínea c) do ponto 3.2 do POCAL que se refere ao Princípio da especialização (ou do acréscimo). De acordo com este preceito legal os proveitos e os custos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento, devendo incluir-se nas demonstrações financeiras dos períodos a que respeitem

i Fornecimentos e serviços externos

Os Fornecimentos e Serviços Externos, registados em 2018, decompõem-se da seguinte forma, nas componentes mais significativas:

Valores em euros

Designação	2018	2017	Variação
Eletricidade	3.744.280,53 €	4.331.576,21 €	-13,56%
Combustíveis	1.153.872,42 €	975.182,61 €	18,32%
Água	998.749,24 €	911.710,86 €	9,55%
Material de escritório	55.676,85 €	75.802,25 €	-26,55%
Rendas e alugueres	392.115,80 €	399.440,15 €	-1,83%
Comunicação	147.168,50 €	152.446,08 €	-3,46%
Seguros	377.145,95 €	295.946,45 €	27,44%
Conservação e reparação	1.521.734,46 €	1.826.182,34 €	-16,67%
Publicidade e propaganda	282.533,33 €	499.550,74 €	-43,44%
Limpeza das instalações	550.435,68 €	441.730,64 €	24,61%
Limpeza Urbana	1.362.623,15 €	1.157.043,02 €	17,77%
Resíduos Urbanos	1.901.964,76 €	1.595.427,20 €	19,21%
Recolha seletiva	1.648.775,62 €	1.194.670,87 €	38,01%
Trabalhos especializados	1.937.837,36 €	1.871.099,37 €	3,57%
Tratamento de resíduos sólidos	3.007.912,01 €	2.465.145,35 €	22,02%
Transportes Escolares	237.764,47 €	264.031,44 €	-9,95%
Encargos de cobrança	870.348,48 €	528.670,81 €	64,63%
Atividades culturais e turísticas	371.315,17 €	504.827,71 €	-26,45%
Atividades desportivas	434.469,89 €	1.003.928,19 €	-56,72%
Atividades educativas	415.417,66 €	456.750,75 €	-9,05%
Refeitórios	1.372.513,28 €	1.336.304,55 €	2,71%
Fornecimentos e serviços diversos	785.669,66 €	1.282.734,03 €	-38,75%

Quadro 38: Fornecimentos e serviços externos

ii Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais

A rubrica Transferência e Subsídios Correntes, registados em 2018, decompõe-se da seguinte forma, nas suas componentes mais relevantes:

Valores em euros

Designação	Ano 2018	Ano 2017	Variação
Freguesias - Protocolos	1.352.684,75 €	1.226.536,73 €	10,28%
Freguesias - Outros	51.864,30 €	109.761,46 €	-52,75%
Associações - Apoios Pecuniários	2.766.064,73 €	2.596.236,93 €	6,54%
Escolas	364.110,93 €	383.734,05 €	-5,11%
Ação Social - famílias	400.054,73 €	404.139,55 €	-1,01%

Quadro 39: Composição das transferências correntes

iii Custos com pessoal

Os custos com o pessoal que foram contabilizados no exercício de 2018, decompondo-se da seguinte forma, nas suas componentes mais significativas:

Valores em euros

Designação	Ano 2018	Ano 2017	Variação
Remunerações dos membros dos órgãos autárquicos	255.587,83 €	242.374,12 €	5,45%
Remunerações do pessoal	18.066.374,99 €	17.310.231,37 €	4,37%
Pensões	23.183,02 €	27.136,92 €	-14,57%
Outras remunerações	98.292,17 €	93.584,35 €	5,03%
Encargos sobre remunerações	3.881.804,37 €	3.709.177,37 €	4,65%
Seguros acidentes trabalho e doenças profissionais	219.667,88 €	349.651,95 €	-37,18%
Outros custos com o pessoal	978.694,78 €	1.152.607,89 €	-15,09%

Quadro 40: Custos com o pessoal

iv Amortizações do exercício

As amortizações de bens do imobilizado, apuradas de acordo com as regras do POCAL e do CIBE, estão compostas da seguinte forma:

Valores em euros

Designação	Ano 2018	Ano 2017	Variação
Edifícios e outras construções	4.270.777,33 €	4.076.819,76 €	4,76%
Equipamento básico	277.325,47 €	302.903,92 €	-8,44%
Equipamento de transporte	71.881,80 €	89.073,56 €	-19,30%
Ferramentas e utensílios	50.916,19 €	56.640,57 €	-10,11%
Equipamento administrativo	354.400,80 €	350.922,44 €	0,99%
Outras imobilizações corpóreas	210.109,58 €	242.252,31 €	-13,27%
Edifícios	12.342,07 €	12.342,07 €	0,00%
Outras construções e infraestruturas	14.647.772,97 €	13.466.784,37 €	8,77%
Outros Bens do Domínio Público	391.796,34 €	389.213,34 €	0,66%

Quadro 41: Amortizações do exercício

v Provisões do exercício

As provisões do exercício comportam os montantes necessários para fazer face às situações de risco que o Município pode incorrer e, são registadas de acordo com as regras previstas no POCAL.

No ano de 2018 não houve reforço das provisões existentes.

vi Custos e perdas financeiros

Nos custos e perdas financeiras, destacam-se as seguintes componentes mais significativas:

Valores em euros

Designação	Ano 2018	Ano 2017	Variação
Juros suportados	204.839,87 €	227.291,45 €	-9,88%
Outros custos e perdas financeiros	15.870,07 €	14.841,08 €	6,93%

Quadro 42: Custos e perdas financeiras

vii Custos e perdas extraordinários

Nos custos e perdas extraordinários apurados, destacam-se as suas componentes mais significativas:

Valores em euros

Conta	Designação	Ano 2018
691	Transferências de capital concedidas	1.278.251,14 €
6942	Perdas em imobilizações corpóreas	29.862,92 €
6944	Sinistros	15.817,76 €
697	Correções relativas a exercícios anteriores	154.806,86 €

Quadro 43: Custos e perdas extraordinárias

Nota: Por se tratar de uma rubrica de movimentos extraordinários e não regulares, não são apresentados os valores referentes ao exercício de 2017;

viii Vendas e Prestações de serviços

As vendas e serviços prestados pela Autarquia durante o exercício e 2018 estão representadas no quadro abaixo nas suas rubricas mais significativas:

Valores em euros

Designação	Ano 2018	Ano 2017	Variação
Aluguer de espaços e equipamentos	93.040,37 €	61.612,79 €	51,01%
Serviços culturais	7.915,67 €	523,60 €	1411,78%
Serviços desportivos	1.227.254,43 €	1.277.294,99 €	-3,92%
Resíduos sólidos	6.720.668,93 €	5.436.899,67 €	23,61%
Mercados e feiras	229.684,93 €	236.562,36 €	-2,91%
Outros	252.089,51 €	239.144,97 €	5,41%
Produtos alimentares e bebidas	770.418,80 €	765.989,78 €	0,58%
Rendas - Habitações	1.066.710,44 €	1.067.493,39 €	-0,07%
Rendas - Edifícios	234.504,00 €	231.888,00 €	1,13%
Rendas - Outras	695.061,93 €	411.128,15 €	69,06%

Quadro 44: Vendas e prestações de serviços

ix Impostos e Taxas

Os impostos e taxas cobrados pela Autarquia durante o exercício de 2018, destacam-se as seguintes rubricas no quadro seguinte:

Valores em euros

Designação	Ano 2018	Ano 2017	Variação
Imposto Municipal sobre Imóveis	17.578.358,60 €	14.141.970,94 €	24,3%
Imposto Único de Circulação	3.646.264,80 €	3.269.294,85 €	11,5%
Imposto Municipal sobre Transações	4.114.396,81 €	4.176.601,64 €	-1,5%
Derrama	3.176.857,29 €	2.535.540,52 €	25,3%
Impostos abolidos	1.078,06 €	12.870,37 €	-91,6%
Impostos - Loteamentos e obras	803.821,14 €	508.699,52 €	58,0%
Impostos - Ocupação da via pública	191.788,91 €	196.718,39 €	-2,5%
Impostos - Publicidade	223.055,56 €	269.443,50 €	-17,2%
Impostos - TMDP	45.894,14 €	50.090,74 €	-8,4%
Impostos - Outros	179.092,46 €	85.065,73 €	110,5%
Taxas - Loteamentos e obras	647.268,40 €	775.568,10 €	-16,5%
Taxa de depósito da ficha técnica da habitação	1.444,80 €	1.292,50 €	11,8%
Taxa pela emissão do certificado de registo	1.008,66 €	968,85 €	4,1%
Taxa de vistoria - CAM	659,40 €	321,70 €	105,0%
Outras	72.418,49 €	73.520,82 €	-1,5%

Quadro 45: Impostos e taxas

x Transferência e subsídios obtidos

As transferências e subsídios obtidos pela Autarquia durante o exercício e 2018, podem demonstrar-se no quadro seguinte que contém os valores mais significativos:

Valores em euros

Designação	Ano 2018	Ano 2017	Variação
Fundo de Equilíbrio Financeiro	9.814.964,00 €	9.948.983,00 €	-1,35%
Fundo Social Municipal	2.278.209,00 €	2.278.209,00 €	0,00%
Participação fixa no IRS	5.727.143,00 €	5.298.762,00 €	8,08%
Educação - Actividades Extra curriculares	465.437,74 €	435.467,25 €	6,88%
Educação - Pessoal não docente	4.689.499,80 €	4.470.526,47 €	4,90%
Educação - Auxílios económicos	2.970.492,08 €	2.919.786,85 €	1,74%
Educação - Outras	180.000,00 €	180.000,00 €	0,00%
Outras participações	220.195,70 €	310.499,65 €	-29,08%
Fundo de Equilíbrio Financeiro - capital	1.090.552,00 €	1.105.443,00 €	-1,35%

Quadro 46: Transferências e subsídios obtidos

xi Proveitos e ganhos financeiros

Nos Proveitos e Ganhos Financeiros, destacam-se, essencialmente, as seguintes rubricas, onde em 2018 está inscrito o valor respeitante aos dividendos distribuídos pela empresa Águas Douro e Paiva, SA.:

Valores em euros

Designação	Ano 2018	Ano 2017
Juros e ganhos financeiros	154.814,37 €	3.577,77 €

Quadro 47: Proveitos e ganhos financeiros

xii Proveitos e ganhos extraordinários

Nos Proveitos e Ganhos Extraordinários destacam-se, essencialmente, as rubricas do quadro abaixo:

Valores em euros

Designação	Ano 2018
Ganhos em alienação de imobilizações corpóreas	148.777,05 €
Multas	92.041,55 €
Juros de mora	86.499,34 €
Redução de provisões	22.154,49 €
Transferência de capital	2.186.946,79 €
Outros Proveitos e Ganhos extraordinários	238.707,71 €

Quadro 48: Proveitos e ganhos extraordinários

Nota: Por se tratar de uma rubrica de movimentos extraordinários e não regulares, não são apresentados os valores referentes ao exercício de 2017.

7) Endividamento

A gestão da dívida tem-se pautado por princípios de rigor e forte controlo, por opção do Município, não obstante as restrições impostas pela Lei que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais e pela Lei do Orçamento de Estado.

A política financeira seguida continuou, assim, no sentido de uma redução gradual do endividamento.

Valores em euros

Anos	2018	2017	2016	2015	2014
Total passivo curto prazo	6.534.477,44 €	10.362.176,41 €	8.257.464,12 €	9.008.245,68 €	9.632.109,48 €
Total passivo médio e longo prazo	81.658.082,67 €	81.555.848,18 €	85.080.587,80 €	89.694.383,07 €	94.866.971,09 €
Total Passivo	88.192.560,11 €	91.918.024,59 €	93.338.051,92 €	98.702.628,75 €	104.499.080,57 €

Quadro 49: Evolução do endividamento

Nota: Para construção deste quadro é contabilizado todo o passivo relevante para o apuramento da dívida total, nos termos do RFLAEI, ou seja, não estão incluídas as Operações de Tesouraria e o valor contabilizado para o FAM e no passivo de curto prazo inclui a desagregação dos empréstimos bancários exigíveis em 2018, tal como está desagregado no balanço.

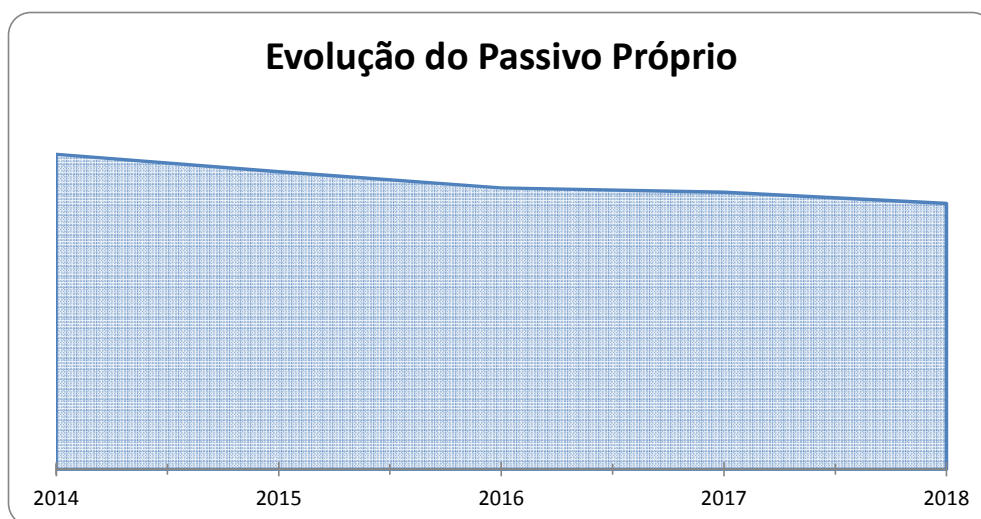


Gráfico 9: Evolução do passivo



GONDOMAR

é Doura

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

Com a entrada em vigor do novo regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (RFALEI), que substitui a anterior LFL, os conceitos de endividamento municipal são alterados.

Os municípios passaram a estar sujeitos a um limite para a dívida total que engloba a totalidade dos empréstimos, incluindo aberturas de crédito, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento.

Esta Lei define no nº 1 do artigo 52º, que a dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

De acordo com o artigo 54º, as entidades relevantes para efeitos de apuramento do montante da dívida total do município são os serviços municipalizados e intermunicipalizados, as entidades intermunicipais e entidades associativas municipais, as empresas locais e participadas, as cooperativas e fundações, bem como as entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique o controlo ou presunção de controlo por parte do município e, ainda, as associações participadas não exclusivamente por municípios que tenham por objeto a prossecução das atribuições e competências destes.

a) Cálculo Do Endividamento Municipal

Valores em euros

CÁLCULO DO ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL

Lei nº 73/2013 de 3 de Setembro (LFL)

Contas do Município de Gondomar

Fornecedores	6.277.259,86 €
Empréstimos bancários	33.625.832,72 €
Estado	15.777,72 €
Outros credores	241.439,86 €
Dívida à EDP	48.032.249,95 €

Total Dívida do Município 88.192.560,11 €

Contas das Entidades participadas

LIPOR Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto	7.270.841,46 €
AdePorto - Agência de Energia do Porto	5.886,62 €
Turismo Porto e Norte	2.355,70 €
Associação Nacional Municípios Portugueses	1.887,94 €
Área Metropolitana do Porto	98,52 €

Total Dívida Empresas Participadas 7.281.070,24 €

Endividamento Total do Município 95.473.630,35 €

Quadro 50: Cálculo do Endividamento Municipal

Note-se que à data do encerramento de contas, os elementos disponibilizados pelas entidades participadas são os acima relevados e provisórios, atendendo a que na maioria das entidades o encerramento de contas é feito até 31 de Março de cada ano.

Dispõe o nº 1 do artigo 52º da LFL, quanto ao limite da dívida total do Município:

“A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.”

Assim, a receita média do Município de Gondomar, conforme dispõe o RFALEI é a seguinte:

Valores em euros

Exercício	Receita
Receita corrente e outras receitas líquidas de 2015	58.678.251,92 €
Receita corrente e outras receitas líquidas de 2016	60.808.321,41 €
Receita corrente e outras receitas líquidas de 2017	64.168.640,32 €
RECEITA MÉDIA	61.218.404,55 €

Quadro 51: Receita média dos 3 últimos exercícios

b) Redução apurada do Endividamento Municipal

A multiplicação do coeficiente 1,5 pela média da receita corrente dá como resultado 91.827.606,83 euros, determinando a 01 de janeiro de 2018 um excesso ao limite de endividamento na ordem dos 8.510.396 euros.

Assim sendo, o Município de Gondomar está obrigado a reduzir 10% deste excesso, tal qual refere a alínea a) do nº 3 do mesmo artigo:

“...deve reduzir, no exercício subsequente, pelo menos 10 % do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido...”

Assim, a redução do excesso de endividamento efetuada em 2018 foi a seguinte:

Valores em euros

Cálculo da redução efetuada		
Valor em Excesso a 01 de Janeiro de 2018	8.510.396 €	
Redução necessária em 2018	851.040 €	a) do nº 3 do artigo 52º do RFALEI
Valor do Excesso da Dívida Atual	3.646.122 €	
Redução efetuada - 31 de Dezembro 2018	4.864.274 €	Redução Superada

Quadro 52: Regularização do excesso de endividamento

Como vem sendo habitual no Município de Gondomar, no exercício de 2018 voltou a superar o mínimo necessário para a redução do excesso de endividamento.

Ainda assim, para 2019, o endividamento do Município de Gondomar está com o coeficiente de 1,55 superior ao de 1,5 que está preceituado na Lei, pelo terá de continuar este esforço de ajustamento.

8) Contabilidade de custos

A contabilidade de custos é também uma dos componentes da contabilidade autárquica, preconizada no POCAL.

Com a evolução da contabilidade e dos meios ao seu dispor torna-se necessário ser capaz de prestar cada vez mais informações sob diversas formas, respondendo de forma precisa a fins específicos solicitados pelos distintos utilizadores e em circunstâncias variadas, internos e externos, ao Município.

A vigência do POCAL, veio neste sentido, criar condições para a integração consistente da Contabilidade Orçamental, Patrimonial e de Custos, promovendo uma contabilidade autárquica moderna e um instrumento essencial no apoio à gestão das Autarquias Locais.

De salientar que a utilização da contabilidade de custos é obrigatória, tendo como fundamento legal o disposto 2.8.3.1 do POCAL, o qual determina que:

“A contabilidade de custos é obrigatória no apuramento do custo das funções e dos custos subjacentes à fixação de tarifas e preços de bens e serviços”.

A informação que agora se apresenta, foi elaborada numa ótica de complementaridade face à contabilidade orçamental e patrimonial, pelo que, a sua leitura deve ser interpretada nesta perspetiva e não como um confronto de valores com a contabilidade patrimonial.

Uma das diferenças substanciais é o facto da contabilidade orçamental ter por base uma ótica de caixa (recebimentos vs pagamentos), enquanto a contabilidade de custos tem por base custos e proveitos do exercício, seguindo o princípio do acréscimo, tal qual ocorre na contabilidade patrimonial.

Outro aspeto relevante, é a presença de custos indiretos na contabilidade de custos, que tendo por base o POCAL, devem ser efetuados segundo coeficientes de imputação de cada função, bem ou serviço, correspondendo à percentagem do total dos respetivos custos diretos no total geral dos custos diretos apurados em todas as funções, bens ou serviços.

Com o propósito de prestar informação agregada pelas funções, apresenta-se o quadro seguinte:

Função	Valor	Peso	Obs
Administração geral	13.002.797,38 €	17,12%	a)
Proteção civil e luta contra incêndios	914.741,86 €	1,20%	b)
Polícia municipal	86.754,90 €	0,11%	c)
Ensino não superior	8.433.517,31 €	11,11%	d)
Serviços auxiliares de ensino	42.462,49 €	0,06%	e)
Segurança social	3.866.802,75 €	5,09%	f)
Ação social	1.611.975,84 €	2,12%	g)
Habitação	3.473.629,90 €	4,57%	h)
Ordenamento do território	600.431,86 €	0,79%	i)
Resíduos sólidos	448.946,79 €	0,59%	j)
Proteção do meio ambiente	5.120.135,76 €	6,74%	k)
Cultura	1.510.206,34 €	1,99%	l)
Desporto, recreio e lazer	5.786.727,74 €	7,62%	m)
Outras atividades cívicas e religiosas	770.867,48 €	1,02%	n)
Indústria e energia	3.683.357,47 €	4,85%	o)
Transportes rodoviários	23.605.594,52 €	31,08%	p)
Mercados e feiras	82.507,89 €	0,11%	q)
Turismo	1.312.055,14 €	1,73%	r)
Outras funções económicas	921,80 €	0,00%	s)
Operações da dívida autárquica	210.221,00 €	0,28%	t)
Transferências entre administrações	1.375.441,91 €	1,81%	u)
TOTAL	75.940.098,12 €	100%	

Quadro 53: Contabilidade de custos

Legenda:

- a) Despesas transversais a vários serviços, como por exemplo os custos com pessoal que não se podem reconhecer nas rubricas abaixo,
- b) Custos com o serviço de proteção civil e apoios às corporações de bombeiros;
- c) Despesas com o serviço de Polícia Municipal,
- d) Despesas com ensino pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico,
- e) Despesas complementares de educação,
- f) Encargos com a segurança social e subsistemas,
- g) Despesas aplicadas em ações sociais,
- h) Despesas com a habitação social,
- i) Despesas com conservação;
- j) Encargos com o tratamento de resíduos sólidos e limpeza urbana;
- k) Custos com a manutenção de espaços verdes e proteção do ambiente;
- l) Custos com os apoios e iniciativas culturais
- m) Custos com apoios e iniciativas na área desportiva



GONDOMAR

é Dour

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

- n) Custos com apoios a atividades cívicas e religiosas
- o) Despesas com a iluminação pública
- p) Despesas com a manutenção e conservação das infraestruturas rodoviárias
- q) Despesas inerentes aos mercados e feitas do município;
- r) Despesas de apoio à atividade turística;
- s) Despesas de apoio a atividades económicas;
- t) Despesas financeiras
- u) Transferências para as juntas de freguesia

Nesta ótica de classificação funcional, as despesas de funcionamento dos órgãos municipais e dos serviços transversais a várias funções, nomeadamente os Órgãos da Autarquia, o Departamento de Relacionamento com o Cidadão e Modernização Administrativa, o Departamento Jurídico, o Departamento de Planeamento, Desenvolvimento Estratégico e Equipamento, a Divisão Financeira e Contabilidade, foram imputadas à subfunção Administração Geral.

As atividades desenvolvidas pelos restantes serviços da autarquia, foram imputadas às respetivas subfunções de acordo com a finalidade da despesa.

De igual forma, as despesas com pessoal de cada serviço responsável são imputadas às respetivas subfunções afetas a atividades desenvolvidas por cada um destes serviços.

As transferências para as freguesias foram distribuídas pela subfunção Transferências entre Administrações.

Os encargos de juros com empréstimos bancários e outros serviços bancários foram atribuídos à subfunção Operações da dívida autárquica.

9) Indicadores Económico- Financeiros

Os indicadores de gestão são uma forma de análise sintética, que devido ao facto da sua construção se basear em agregados patrimoniais diversificados, transmitem uma visão global da situação das finanças da edilidade.

Por outro lado, em termos de comparabilidade, e devido à especificidade de cada Município, nomeadamente na forma como se organiza, para dar cumprimento às suas atribuições e competências, não permitem a equiparação de realidades autárquicas diferentes.

a) Solvabilidade

Este rácio permite conhecer a capacidade do Município em dissolver os seus compromissos de médio/longo prazo.

Este indicador é calculado através da divisão entre Fundos Próprios e Passivo.

O seu valor deve ser superior a 50% para que haja boa solvabilidade, não devendo ser inferior a 35%.

O rácio de Solvabilidade do Município de Gondomar apresenta o valor de 119,29%, no que se pode concluir que é um bom indicador, uma vez que significa que o valor do património é suficiente para cobrir todas as dívidas da autarquia.

Este indicador tem vindo a subir ao longo dos últimos exercícios, conforme se comprova pelo quadro e gráfico abaixo:

Índice de solvabilidade	2018	2017	2016	2015	2014	2013
Fundos Próprios / Passivo	119,29%	111,36%	104,85%	97,36%	97,18%	103,58%

Quadro 54: Índice de solvabilidade

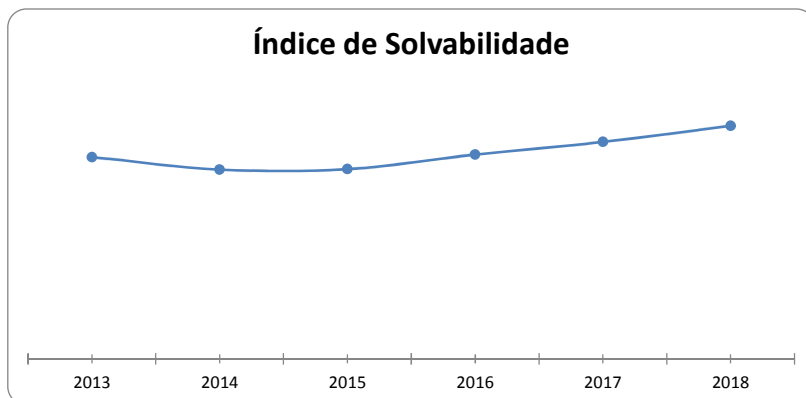


Gráfico 10: Índice de solvabilidade

b) Liquidez Geral

O Índice de Liquidez Geral representa a capacidade que a autarquia tem de dissolver os seus compromissos de curto prazo e é calculado através da divisão entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante, pelo que o seu valor deve ser superior a 1.

O valor encontrado foi de 0,70 o que significa que as suas obrigações de curto prazo são superiores aos seus direitos de curto prazo.

Liquidez Geral	2018	2017	2016	2015	2014	2013
Ativo Circulante / Passivo Circulante	0,70	0,38	0,63	0,49	0,39	0,93

Quadro 55: Índice de liquidez geral

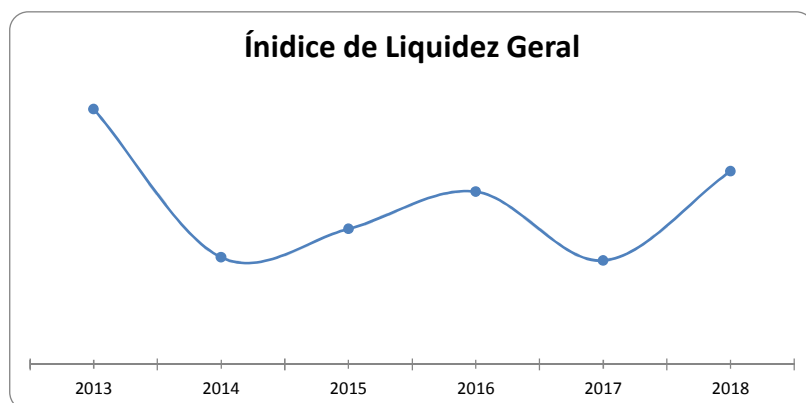


Gráfico 11: Índice de liquidez geral

c) Autonomia Financeira

Este rácio determina a dependência do Município face aos capitais alheios.

É calculado através da divisão dos Fundos Próprios com o Ativo Total Líquido e não deverá ter um percentual inferior a 35%.

O valor máximo de 100% representa a situação em que o Ativo Líquido é totalmente financiado por capitais próprios, não existindo qualquer dívida a pagar.

O grau de Autonomia Financeira do Município de Gondomar está fixado em 54,40%, o que representa alguma dependência de capitais alheios mas, há semelhança dos outros indicadores, também regista uma evolução positiva nos últimos anos.

Autonomia Financeira	2018	2017	2016	2015	2014	2013
Fundos Próprios / Ativo Líquido	54,40%	52,69%	51,18%	49,33%	49,28%	50,88%

Quadro 56: Grau de autonomia financeira

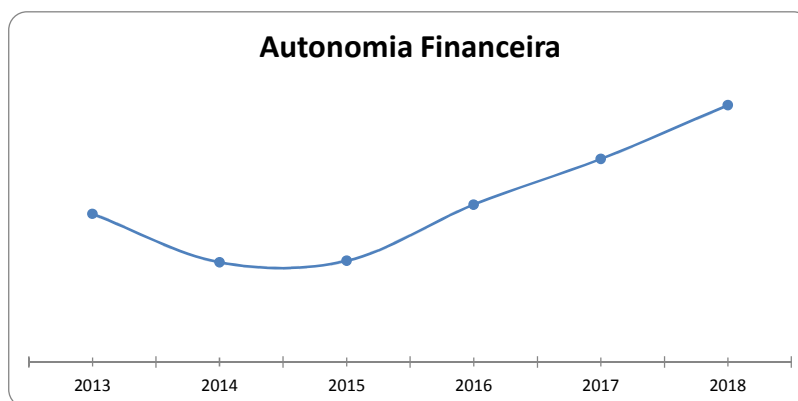


Gráfico 12: Grau de Autonomia Financeira

d) Estrutura

Este indicador avalia se o elemento principal da organização é o capital próprio (fundos próprios) ou o passivo de médio e longo prazo.

Este indicador deve ser inferior a 1, situação que revela um que a organização possui fundos próprios suficientes para comportar o passivo de médio e longo prazo.

Como se verifica este indicador tem vindo uma curva favorável ao longo dos últimos exercícios, na medida em que não foi contraída mais nenhuma dívida de médio e longo prazo.

Estrutura	2018	2017	2016	2015	2014	2013
Passivo Médio-Longo Prazo / Fundos Próprios	0,76	0,81	0,88	0,91	0,90	0,89

Quadro 57: Índice de Estrutura

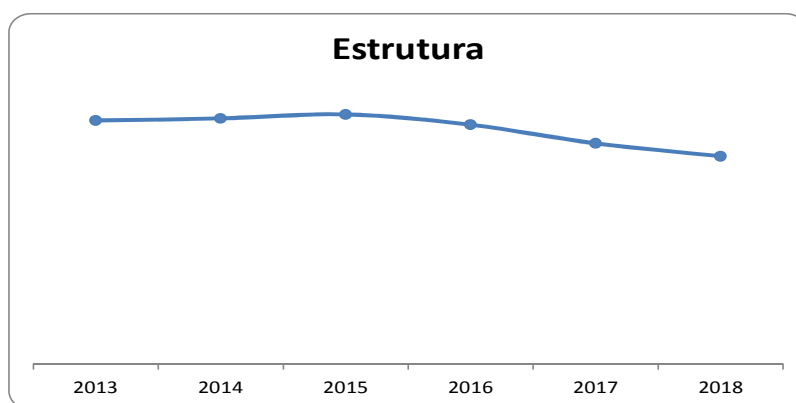


Gráfico 13: Índice de Estrutura

e) Endividamento Total

Este indicador permite verificar qual o grau de dependência do Município face a capitais alheios.

O normal é que o índice esteja entre 0 e 100%, sendo que quando maior o índice maior o nível de endividamento.



Ao longo dos últimos exercícios verifica-se uma tendência de descida, situando-se agora o passivo do Município num nível de 46% face ao seu Ativo Total.

Endividamento Total	2018	2017	2016	2015	2014	2013
Passivo Total /Ativo Total	0,46	0,47	0,49	0,51	0,51	0,49

Quadro 58: Índice de Endividamento Total

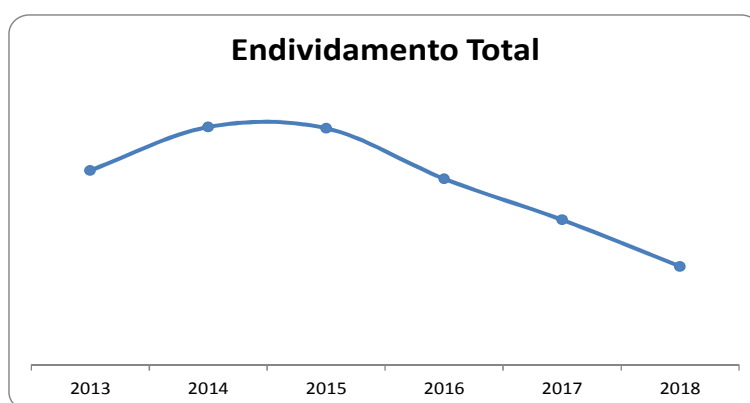


Gráfico 14: Índice de endividamento total

10) Proposta de Aplicação de Resultados

De acordo com o ponto 2.7.3.4 do POCAL, a conta 51 do Balanço “Património”- terá que ser reforçada até apresentar um valor contabilístico de 20% do valor do Ativo Líquido.

No exercício corrente, esta premissa está, como se pode verificar no Balanço, largamente salvaguardada.

Por outro lado, o ponto 2.7.3.5 do POCAL explicita que a conta 571 “Reservas Legais”, deve ser reforçada anualmente no valor mínimo de 5% do Resultado Líquido do Exercício.

Assim, sendo o Resultado Líquido de 2018 negativo, propõe-se a sua aplicação em Resultados Transitados.

11) Mapa de Acordos de pagamento

O Município de Gondomar não tem pagamentos em atraso, pelo que não se aplica o artigo 19º do Decreto-Lei nº 127/2012 de 21 de Junho.

12) Registo de Compromissos Plurianuais

DECLARAÇÃO

Marco André Martins Lopes, Presidente da Câmara Municipal de Gondomar, para os efeitos previstos na alínea a) do nº 1 do artigo 15º da Lei nº 8/2012 de 21 de Fevereiro, alterada e republicada pela Lei nº 22/2015 de 17 de Março, declara que todos os compromissos se encontram devidamente registados na base de dados centrais de encargos plurianuais.

Paços do Município de Gondomar, Abril de 2019

O Presidente da Câmara

(Dr. Marco Martins)

13) Balanço e Demonstração de Resultados

Câmara Municipal de Gondomar

BALANÇO

Código das contas POCAL	ACTIVO	Exercícios			
		2018			2017
		AB	AP	AL	AL
	Imobilizado				
	Bens de domínio público				
451	Terrenos e recursos naturais	5.728.076,92		5.728.076,92	5.613.716,30
452	Edifícios	958.826,80	152.847,32	805.979,48	818.321,55
453	Outras construções e infra-estruturas	216.784.567,26	171.570.391,71	45.214.175,55	51.537.310,06
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	137.506,23		137.506,23	137.506,23
459	Outros bens de domínio público	7.700.905,16	2.399.482,14	5.301.423,02	5.672.263,65
445	Imobilizações em curso	7.732.162,75		7.732.162,75	5.901.131,99
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público				
		239.042.045,12	174.122.721,17	64.919.323,95	69.680.249,78
	Imobilizações incorpóreas				
431	Despesas de instalação				
432	Despesas de investigação e desenvolvimento				
433	Propriedade industrial e outros direitos	869.039,91	868.639,91	400,00	400,00
443	Imobilizações em curso				
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas				
434	Outras imobilizações incorpóreas				
		869.039,91	868.639,91	400,00	400,00
	Imobilizações Corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	45.996.803,47	0,00	45.996.803,47	44.088.273,23
422	Edifícios e outras construções	287.152.399,01	48.160.138,34	238.992.260,67	232.466.302,86
423	Equipamento básico	4.706.946,31	3.665.534,92	1.041.411,39	998.161,40
424	Equipamento de transporte	2.687.638,97	2.205.287,17	482.351,80	560.093,32
425	Ferramentas e utensílios	644.965,73	481.615,45	163.350,28	187.708,99
426	Equipamento administrativo	5.348.954,94	4.398.258,98	950.695,96	1.004.592,49
427	Taras e vasilhame			0,00	
429	Outras imobilizações corpóreas	5.152.088,59	4.438.034,32	714.054,27	886.271,14
442	Imobilizações em curso	1.509.886,59		1.509.886,59	2.457.653,77
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00		0,00	0,00
		353.199.683,61	63.348.869,18	289.850.814,43	282.649.057,20
	Investimentos Financeiros				
411	Partes de capital	842.689,01	371,15	842.317,86	842.317,86
412	Obrigações e títulos de participação	1.835.178,00		1.835.178,00	2.847.639,87
414	Investimentos em imóveis	163.080,00		163.080,00	0,00
415	Outras aplicações financeiras				
441	Imobilizações em curso				
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros				
		2.840.947,01	371,15	2.840.575,86	3.689.957,73
	Circulante				
	Existências				
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo				
35	Produtos e trabalhos em curso				
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				

Câmara Municipal de Gondomar

BALANÇO

Código das contas POCAL	ACTIVO	Exercícios			
		2018			2017
		AB	AP	AL	AL
33	Produto acabados e intermédios				
32	Mercadorias				
37	Adiantamentos por conta de compras				
		0,00	0,00	0,00	0,00
	Dividas de terceiros - Médio e longo prazo (a)				
268851	Renda de Concessão Águas de Gondomar	2.984.115,72		2.984.115,72	3.107.253,33
		2.984.115,72		2.984.115,72	3.107.253,33
	Dividas de terceiros - Curto prazo				
28	Empréstimos concedidos				
211	Clientes, c/c	206.278,34		206.278,34	199.592,85
212	Contribuintes, c/c	1.874.363,53		1.874.363,53	1.566.430,19
213	Utentes, c/c	0,00		0,00	0,00
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	666.131,66	576.566,58	89.565,08	89.565,08
251	Devedores pela execução do orçamento			0,00	0,00
229	Adiantamentos a fornecedores	107,58		107,58	0,00
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos	92.849,95		92.849,95	0,00
264	Administração autárquica	0,00	0,00	0,00	0,00
262 + 263 + 267 + 268	Outros devedores	251.557,24	0,00	251.557,24	248.854,65
214 + 215 + 216 + 217	Outros Clientes	200.511,10	0,00	200.511,10	139.045,16
		3.291.799,40	576.566,58	2.715.232,82	2.243.487,93
	Titulos negociáveis				
151	Ações	0,00	0,00	0,00	0,00
152	Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00
153	Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00
159	Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
	Depósitos em instituições financeiras e caixa				
12	Depósitos em instituições financeiras	7.544.922,12	0,00	7.544.922,12	3.709.114,71
111	Caixa	12.745,69	0,00	12.745,69	28.562,20
		7.557.667,81	0,00	7.557.667,81	3.737.676,91
	Acréscimos e diferimentos				
271	Acréscimos de proveitos	1.003.628,39	0,00	1.003.628,39	616.878,71
272	Custos diferidos	2.094,57	0,00	2.094,57	0,00
		1.005.722,96		1.005.722,96	616.878,71
	Total das amortizações		238.340.230,26		
	Total das provisões		576.937,73		
	Total do activo	610.791.021,54	238.917.167,99	371.873.853,55	365.724.961,59

ORGÃO EXECUTIVO

Em.....dede 2019

.....

ORGÃO DELIBERATIVO

Em.....dede 2019

.....

Câmara Municipal de Gondomar

BALANÇO

Código das contas POCAL	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Exercícios	
		2018	2017
	Fundos próprios		
51	Património	182.160.129,34	178.976.163,80
55	Ajustamento de partes de capital em empresas		
56	Reservas de reavaliação		
	Reservas		
571	Reservas legais	1.344.269,21	1.344.269,21
572	Reservas estatutárias		
573	Reservas contratuais		
574	Reservas livres		
575	Subsídios	9.530,85	9.530,85
576	Doações	3.587.190,17	3.576.775,57
577	Reservas decorrentes de transferência de activos	13.869.496,25	6.032.320,00
59	Resultado transitados	3.004.737,32	4.904.823,13
88	Resultado líquido do exercício	-1.692.278,87	-2.151.598,53
		202.283.074,27	192.692.284,03
	Passivo		
292	Provisões para riscos e encargos	2.589.075,25	2.609.706,82
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo (a)		
2312	Dívidas a instituições de crédito	30.028.832,72	33.527.055,34
26892	Credores de médio e longo prazo - EDP	48.032.249,95	48.032.249,95
		78.061.082,67	81.559.305,29
	Dívidas a terceiros - Curto prazo		
2311	Empréstimos de curto prazo	3.597.000,00	3.593.542,89
26893	Dívida à EDP - encargo anual de curto prazo	0,00	0,00
269	Adiantamentos por conta de vendas	8.939,00	2.297,00
221	Fornecedores, c/c	436.356,24	868.620,44
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	3.843.012,71	2.972.176,43
252	Credores pela execução do orçamento		
217	Cientes e utentes c/ cauções		
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	196.604,45	2.072.510,41
24	Estado e outros entes públicos	511.371,84	426.819,66
264	Administração autárquica	0,00	0,00
262 + 263 + 267 + 268	Outros credores	4.236.539,68	5.264.187,66
2618	Fornecedores de imobilizado - Facturas em recepção e conferência	1.792.347,46	643.358,63
		14.622.171,38	15.843.513,12
	Acréscimos e diferimentos		
273	Acréscimos de custos	3.773.354,09	3.797.803,41
274	Proveitos diferidos	70.545.095,89	69.222.348,92
		74.318.449,98	73.020.152,33
	Total de fundos próprios e passivo	371.873.853,55	365.724.961,59

ORGÃO EXECUTIVO

Em.....dede 2019

ORGÃO DELIBERATIVO

Em.....dede 2019



GONDOMAR

é Doura

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

Câmara Municipal de Gondomar
Demonstração de Resultados

Código das Contas POBAL	Custas e Perdas	Exercícios			
		2018		2017	
61	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
612	Mercadorias			0,00	
616	Matérias			0,00	
62	Fornecimentos e serviços externos	24.344.489,63		24.312.673,80	
	Custos com o pessoal:				
641+642	Remunerações	18.321.962,82		17.552.605,49	
643 a 648	Encargos sociais	5.201.642,22	47.868.094,67	5.332.158,48	47.197.437,77
63	Transf. e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	5.460.252,33	5.460.252,33	4.720.808,72	4.720.808,72
66	Amortizações do exercício	20.287.322,55		18.986.952,34	
67	Provisões do exercício	0,00	20.287.322,55	2.082.764,24	21.069.716,58
65	Outros custos e perdas operacionais	624.120,51	624.120,51	569.235,14	569.235,14
	(A)		74.239.790,06		73.557.198,21
68	Custos e perdas financeiras	220.709,94	220.709,94	242.132,53	242.132,53
	(C)		74.460.500,00		73.799.330,74
69	Custos e perdas extraordinárias	1.479.598,42	1.479.598,42	1.236.880,81	1.236.880,81
	(E)		75.940.098,42		75.036.211,55
	Resultado líquido do exercício		-1.692.278,87	0,00	-2.151.598,53
			74.247.819,55		72.884.613,02
	Proveitos e Ganhos				
	Vendas e prestações de serviços:				
7111	Vendas de mercadorias	0,00		0,00	
7112+7113	Vendas de produtos	0,00		0,00	
712	Prestações de serviços	9.301.072,64		8.018.028,16	
713	Rendas	4.458.917,57	13.759.990,21	4.665.992,29	12.684.020,45
72	Impostos e taxas	29.373.362,07		25.343.794,01	
	Variação da produção	0,00		0,00	
75	Trabalhos para a própria entidade	0,00		0,00	
73	Proveitos suplementares	0,00		0,00	
74	Transferências e subsídios obtidos	27.876.987,44		27.357.350,48	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	0,00	57.250.349,51		52.701.144,49
	(B)		71.010.339,72		65.385.164,94
78	Proveitos e ganhos financeiros	154.814,37	154.814,37	3.577,77	3.577,77
	(D)		71.165.154,09		65.388.742,71
79	Proveitos e ganhos extraordinários	3.082.665,46	3.082.665,46	7.495.870,31	7.495.870,31
	(F)		74.247.819,55		72.884.613,02

Resumo:

Resultados operacionais (B) - (A)	-3.229.450,34	-8.172.033,27
Resultados financeiros (D-B) - (C-A)	-65.895,57	-238.554,76
Resultados correntes (D)-(C)	-3.295.345,91	-8.410.588,03
Resultados líquidos do exercício (F) - (E)	-1.692.278,87	-2.151.598,53

ORGÃO EXECUTIVO

Em.....dede

ORGÃO DELIBERATIVO

Em.....dede

14) Anexos às Demonstrações Financeiras

As notas às demonstrações financeiras que a seguir se apresentam visam facultar a avaliação da situação financeira e económica do Município de Gondomar, nos termos do ponto 2.4 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), do artigo 6º do Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro e das resoluções do Tribunal de Contas nº 4/2001, com as alterações introduzidas pela resolução nº 26/2013, e nº 4/2014.

Os anexos às demonstrações financeiras compreendem duas partes distintas:

- 8.1 - Caracterização da entidade;
- 8.2 - Notas ao balanço e à demonstração de resultados;

Estas notas têm como referência a numeração definida no ponto 8 do POCAL.

No cumprimento ao ponto 3.2 do POCAL os mapas financeiros e os registos contabilísticos foram efetuados de acordo com os princípios contabilísticos da continuidade, da consistência, da especialização, do custo histórico, da prudência, da materialidade e da não compensação.

a) 8.1 Caracterização da Entidade

Os elementos da caracterização da entidade de acordo com o POCAL, e complementados conforme as instruções do Tribunal de Contas, são os constantes do seguinte mapa:

	CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE	8.1
--	-----------------------------------	------------

1	Identificação da entidade: MUNICÍPIO DE GONDOMAR
---	---

1.2	ENDEREÇO POSTAL: Praça Manuel Guedes, 4420-193 GONDOMAR
	TELEFONE- TELEFAX: 22 466 05 00 / 22 466 05 66
	Número de identificação Fiscal: 506 848 957

1.3	NÚMEROS DE ELEITORES		
MUNICÍPIO	Até 10 000		
	Mais de 10 000 e menos de 40 000		
	Igual ou superior a 40 000		X



GONDOMAR

é Doura

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

2	LEGISLAÇÃO	8.1.2
Data de constituição		Publicado no D.R.
3	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	8.1.3
3.1	SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS	
A Câmara tem Serviços Municipalizados?		<input type="checkbox"/> Não
Se respondeu sim, especifique quais e indique os respectivos grupos:		
3.2	ÓRGÃOS	
Tem órgãos de natureza consultiva?		<input type="checkbox"/> Não
Tem órgãos de fiscalização? (Revisor Oficial de Contas)		<input type="checkbox"/> Sim
3.3	ORGANOGRAMA	
O organograma encontra-se anexo ao relatório,		
4	DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES	8.1.4
<p>Constituem atribuições do Município aqueles que estão definidos na Lei que regula a sua actividade, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none">a) Equipamento rural e urbano;b) Energia;c) Transportes e comunicações;d) Educação;e) Património, cultura e ciência;f) Tempos livres e desporto;g) Saúde;h) Ação social;i) Habitação;j) Proteção civil;k) Ambiente e saneamento básico;l) Defesa do consumidor;m) Promoção do desenvolvimento;n) Ordenamento do território e urbanismo;o) Polícia municipal;p) Cooperação externa.		



GONDOMAR

é Doura

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

5	RECURSOS HUMANOS	8.1.5
5.1	IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO ORGÃO EXECUTIVO	
Mandato 2017-2021		
Presidente	Marco André dos Santos Martins Lopes	
Vice-Presidente	Luís Filipe Castro de Araújo	
Vereadores	Maria Aurora Moura Vieira	
	Carlos Alberto Silva Brás	
	José Fernando da Silva Moreira	
	Sandra Eunice Ramos de Almeida	
	Valentim dos Santos de Loureiro	
	Leonel Arcanjo Neves Viana	
	Daniel Filipe Oliveira Vieira	
	José António da Silva Pinto	
	Rafael Gomes Amorim	
Vice - Presidente		1
Em regime de permanência		4
A meio tempo		0
Restantes vereadores		5



GONDOMAR

é Doura

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

6	ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA	8.1.6		
1- Descrição das características do Sistema informático 2- Demonstrações Financeiras intercalares documentadas 3- Descentralização contabilística		SCA - Sistema de Contabilidade Autárquica POCAL disponibilizado pela Associação de Informática da Região Centro (AIRC)		
			Não	
			Não	
7	OUTRA INFORMAÇÃO RELEVANTE	8.1.7		
7.1	Fundos Municipais atribuídos			
		Corrente	Capital	Total
	Fundo de Equilíbrio Financeiro	9.814.964,00 €	1.090.552,00 €	10.905.516,00 €
	Fundo Social Municipal	2.278.209,00 €		2.278.209,00 €
	Participação no IRS	5.727.143,00 €		5.727.143,00 €
	TOTAL	17.820.316,00 €	1.090.552,00 €	18.910.868,00 €
7.2	Despesas de investimento no ano anterior ao da gerência em apreciação			
7.3	Ações de Fiscalização			
Identificação da última inspeção, averiguação ou inquérito, realizado ao município: Data de ação – Desde Junho de 2018 - Período abrangido 01/01/2017 a 31/12/2017 – Entidade: IGF – Inspeção Geral de Finanças – Controlo do Endividamento.				

b) 8.2 Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados

8.2.1 – Indicação e justificação das disposições do POCAL que, em casos excecionais, devidamente fundamentados, e sem prejuízo do legalmente estabelecido, tenham sido derogados e dos respetivos balanços e demonstração de resultados, tendo em vista a necessidade de estes darem um imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da autarquia local:

Um dos objetivos do POCAL é a prática de uma contabilidade autárquica que incorpore a integração consistente da contabilidade orçamental, patrimonial e de custos, de modo a que as autarquias disponham de um instrumento de apoio à gestão ajustado ao caráter específico da sua atividade.

O Município de Gondomar implementou este sistema de contabilidade (POCAL), no ano de 2003.

A contabilidade de custos, reconhecida como ferramenta fundamental de gestão financeira, ao permitir o apuramento dos custos das funções e dos custos subjacentes à fixação de tarifas de bens e serviços, facilitadora de um melhor controlo e gestão dos mesmos, tem sido objeto de uma melhoria contínua tendo em vista a sua plena implementação.

São apresentados no Relatório de Gestão elementos sobre a contabilidade de custos do Município de Gondomar e é feita uma análise à distribuição das despesas pelas diversas funções.

Não foram derogadas quaisquer disposições do POCAL suscetíveis de terem impacto na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e resultados do Município.

8.2.2 Indicação e comentários das contas do balanço e da demonstração de Resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os de exercício anterior:

A comparabilidade das contas do balanço e da demonstração de resultados aplica-se à generalidade das rubricas que constituem as demonstrações financeiras, exceto quanto às contas 51 – Património, 577 – Reservas decorrentes de transferência de ativos e 59 – Resultados Transitados.

51- Património

Reconhecimento na conta 51- Património do montante de 3.183.965,54 euros, resulta da inclusão de bens imóveis, já pertencentes à Autarquia à data da realização do inventário inicial em 2003, mas que ainda não se encontravam inventariados, tendo sido registados nesta rubrica conforme instruções do SATAPOCAL, e deliberada a sua inclusão por decisão da Câmara Municipal:

- 451 – Terrenos e recursos naturais do domínio público no valor de 109.740,87 euros;
- 453 – Outras construções e infraestruturas no valor de 2.651.362,00 euros;
- 4221 – Edifícios no valor de 422.862,67 euros;

577- Reservas decorrentes de transferência de Ativos

Reconhecimento na rubrica 577- Reservas decorrentes de transferência de Ativos no valor de 7.837.176,25 euros relativos a transferência para o Património Municipal de escolas do segundo e terceiro ciclo escolar, no âmbito do artigo 56º da Lei nº 55-A/2010, registadas pelo seu valor patrimonial:

- Escola EB23 À Beira Douro (EB2,3 de Medas);
- Escola EB23 Marques Leitão;
- Escola EB23 de S. Pedro da Cova;
- Escola EB23 Infanta D. Mafalda;

59- Resultados Transitados

Correção das amortizações acumuladas de um terreno que estava indevidamente registado na rubrica 4221- Edifícios, no montante de 251.512,72 euros.

8.2.3 - Critérios valorimétricos utilizados:

Bens do Domínio Público

Os bens de imobilizado corpóreo de domínio público encontram-se registados no património do Município pelo valor de aquisição, quando conhecido ou pelo valor de avaliação, segundo os critérios técnicos adequados.

Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas estão registadas pelo valor de aquisição.

Imobilizações corpóreas

Nos bens móveis, o critério utilizado foi idêntico aos bens do domínio público, sendo que para os valores do Imobilizado em Curso, o critério valorimétrico é o do valor de aquisição ou de construção.

Para outras situações a valorização dos bens do município é efetuado de acordo com o previsto no Regulamento de Inventário e Cadastro do Património Municipal aprovado em reunião camarária de 31 de Julho de 2003.

No caso de arruamentos em que não seja possível identificar os custos de produção ou aquisição de acordo com os critérios de valorimetria previstos no ponto 4 do POCAL, a Câmara Municipal de Gondomar deliberou em reunião de 02 de Abril de 2014, fixar os critérios de avaliação para os bens do domínio público municipal.

Investimentos Financeiros

Os Investimentos Financeiros (partes em capital) estão registados pelo valor de aquisição.

Dívidas de e a terceiros

As dívidas existentes de terceiros e para com terceiros, são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam, Quando existe uma dívida de clientes, contribuintes ou utentes cuja cobrança se apresente duvidosa o saldo dessa dívida deve ser transferido para a rubrica clientes de cobrança duvidosa.

Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e em depósitos bancários exprimem os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito.

Amortizações

As amortizações da generalidade dos bens do ativo imobilizado são calculadas segundo o método das quotas constantes, de acordo com a aplicação das taxas fixadas no classificador CIBE aprovado pela Portaria nº 671/2000, de 17 de abril, pelo que os bens terminados ou adquiridos no exercício de 2018 sofreram a primeira amortização no presente ano económico através do regime dos duodécimos.

Aos bens de imobilizado incorpóreo em que o período de vida útil está previamente estipulado, a taxa de amortização foi calculada de acordo com o período de vida útil predefinido.

Provisões

São constituídas provisões para fazer face a riscos e encargos de natureza provável mas que não correspondam a uma estimativa de um passivo certo, sendo estes últimos registados nas respetivas rubricas de balanço.

Elencam-se como as principais situações que geram a necessidade de registo de provisões as que se relacionam com aplicações de tesouraria, cobranças duvidosas, depreciação de existências, obrigações e encargos derivados de processos judiciais em curso, acidentes de trabalho e doenças profissionais.



GONDOMAR

é Doura

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

1- As provisões para cobrança duvidosas são constituídas para as dívidas de terceiros que estejam em mora há mais de seis meses e cujo risco de incobrabilidade seja devidamente justificado.

Em conformidade com o ponto 2.7.1 do POAL, as provisões são calculadas de acordo com as seguintes percentagens:

- a) 50% para dívidas em mora há mais de 6 até 12 meses;
- b) 100% para dívidas em mora há mais de 12 meses;

Não são consideradas de cobrança duvidosa as seguintes dívidas:

- a) Do Estado, Regiões Autónomas e autarquias locais,
- b) As cobertas por garantia, seguro ou caução, com exceção da importância correspondente à percentagem de desconto ou descoberto obrigatório.

2- As provisões para riscos e encargos são constituídas para registar as responsabilidades derivadas dos riscos de natureza específica e provável. As provisões são subsequentemente reduzidas na medida em que se reduzam ou cessem os riscos previstos.

Estas provisões incluem o montante de responsabilidades estimadas como prováveis nos processos judiciais em curso, considerando o montante da indemnização ou encargo que a autarquia prevê suportar relativamente aos processos judiciais cuja resolução pelos Tribunais não tenha ainda ocorrido.

Acréscimos e Diferimentos

A autarquia regista os seus proveitos e custos de acordo com o princípio da especialização do exercício, pelo qual os proveitos e os custos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

Na rubrica de acréscimo de proveitos são registados os montantes provenientes de impostos e transferências relativos ao exercício em relato cujo recebimento apenas ocorrerá em períodos futuros e outros proveitos que a cada data de balanço tenham igualmente sido já obtidos mas que não tenham ainda documentação vinculativa, cuja receita só venha a obter-se em exercício (s) posterior (es).



GONDOMAR

é Doura

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

Na rubrica de acréscimos de custos são registados os custos a reconhecer no exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja despesa só venha a incorrer em exercício (s) posterior (es).

Destacam-se neste âmbito os custos relativos a remunerações a liquidar e encargos das instalações, como água, eletricidade e comunicações.

A rubrica de proveitos diferidos a serem reconhecidos nos exercícios seguintes é essencialmente composta por subsídios/transferências para investimento a que o Município de Gondomar recebeu, nos termos da lei ou de contratos-programa, os quais, estando associados aos ativos, são reconhecidos numa base sistemática na rubrica de proveitos e ganhos extraordinários à medida que forem contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitam.

8.2.4 – Cotações utilizadas para conversão em moeda portuguesa das operações registadas em contas incluídas no balanço e na demonstração de resultados originariamente expressas em moeda estrangeira.

Não aplicável.

8.2.5 – Situações em que o resultado do exercício foi afetado:

Não aplicável.

8.2.6 – Comentários às contas 431 “Despesas de Instalação” e 432 “Despesas de Investigação e de Desenvolvimento:

Não aplicável.



GONDOMAR

é Doura

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

8.2.7 - Os movimentos ocorridos durante o exercício, nas rubricas do ativo imobilizado constantes do Balanço e nas respetivas amortizações e provisões, de acordo com os quadros seguintes:

Os respetivos mapas apresentam-se mais adiante como anexos – Ativo Bruto e Amortizações e Provisões.

8.2.8 – As rubricas dos mapas atrás referidos encontram-se desagregados nos “Mapas das amortizações” e “Mapa anexo às demonstrações financeiras” de modo que sejam evidenciados as seguintes informações:

Descrição do ativo imobilizado;

Indicação dos valores dos bens adquiridos em estado de uso;

Datas de aquisição e reavaliação; valores de aquisição ou outro valor contabilístico na sua falta;

Taxas de amortização;

Amortização do exercício e acumuladas;

Alienações, transferências e abates de elementos do ativo imobilizado, no exercício, devidamente justificados;

Valores líquidos dos elementos do ativo imobilizado.

8.2.9 – Indicação dos custos incorridos no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período.

Não aplicável.

8.2.10 – Indicação dos diplomas legais nos termos dos quais se baseou a reavaliação dos bens do imobilizado.

Não aplicável.

8.2.11 – Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações.

Não aplicável.

8.2.12 – Imobilizações em poder de terceiros cedidos por contrato de concessão, em conformidade com o estabelecido no presente diploma.

A Autarquia celebrou, em 2001, um contrato de concessão da exploração e gestão dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e saneamento. No âmbito deste contrato foi cedido o seguinte imobilizado à empresa Águas de Gondomar, SA:



GONDOMAR

é Doura

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

Designação	Localização	Tipo
Central Elevatória	Baguim do Monte - Lar dos Pequenos	Enterrada
Reservatório	Covelo - Serra	Apoiado
Reservatório	Fânzeres -Portelinha	Apoiado
Reservatório	Foz do Sousa - Compostela	Apoiado
Reservatório	Foz do Sousa - Zebreiros	Apoiado
Reservatório	Foz do Sousa - Jancido	Apoiado
Reservatório	Jovim - Oliveiras	Apoiado
Central Elevatória	Jovim - Tronco	
Captação	Lomba	
Reservatório	Lomba	Apoiado
Reservatório	Medas	Apoiado
Captação	Melres	
Central Elevatória	Melres - Sobreira	
Central Elevatória	Melres- Moreira	
Central Elevatória	Melres – Vilarinho	
Central Elevatória	Melres - EN 108	
Reservatório	Melres - Brânzelo	Apoiado
Reservatório	Rio Tinto – Oliveiras	Elevado
Reservatório	Rio Tinto – Medancelhe	Apoiado
Reservatório	Rio Tinto – Coop. Mãos à Obra Soutelo	Apoiado
Reservatório	Rio Tinto - PER de Carreiros	Enterrado
Reservatório	S. Cosme – Coop. dos Func. Judiciais	Enterrado
Central Elevatória	S. Cosme - Valchão	Enterrado
Central Elevatória	S. Cosme - Gandra	



GONDOMAR

é D'ouro

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

Designação	Localização	Tipo
Reservatório II	S. Cosme - Ramalde	Apoiado
Reservatório	S. Cosme - Calvário	Elevado
Reservatório	S. Cosme - Calvário	Apoiado
Reservatório	S. Pedro da Cova - Bela Vista	Elevado
Reservatório	S. Pedro da Cova - Bocas	Apoiado
Reservatório	S. Pedro da Cova - Outeiro	Apoiado
Reservatório	S. Pedro da Cova - Bairro Mineiro	Enterrado
Central Elevatória	S. Pedro da Cova - Belói	
Central Elevatória	S. Pedro da Cova - Ervedosa	
Central Elevatória	S. Pedro da Cova - Estrada nova	
Reservatório	Valbom - PER do Monte	Enterrado
Contadores de Água	15mm	45 794 un.
Contadores de Água	20mm	25 094 un.
Contadores de Água	25mm	147 un.
Contadores de Água	30mm	223 un.
Contadores de Água	40mm	512 un.
Contadores de Água	50mm	223 un.
Contadores de Água	60mm	2 un.
Contadores de Água	65mm	9 un.
Contadores de Água	70mm	22 un.
Contadores de Água	80mm	14 un.
Contadores de Água	100mm	3 un.
Contadores de Água	150mm	2 un.
Contadores de Água	200mm	3 un.

Quadro 59: Imobilizado em poder de terceiros

Imobilizações implantadas em propriedade alheia:

Em 28 de Setembro de 2017 foi constituído um direito de superfície a favor do Município de Gondomar, pelo prazo de 10 anos, de um prédio urbano composto de campo de futebol e infraestruturas de apoio, na freguesia Foz do Sousa, de propriedade da Associação GENS SPORT CLUBE, para construção de um campo de relva sintético por parte do Município de Gondomar.

Este imóvel tem o valor patrimonial atual de 202.980,00 €

Imobilizações reversíveis:

Parcela de terreno identificado na matriz predial urbana sob o artigo 17976 de Rio Tinto e descrito na Conservatória do Registo Predial de Gondomar sob o número 12528 de Rio Tinto, no qual foi constituído um direito de superfície, em 21 de Novembro de 2017, por 5 anos para construção de um Centro de Acolhimento de Animais à Associação VIVANIMAL – ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DOS ANIMAIS, registada no património municipal com o número 7060 e relevado na conta 4141 – Terrenos e Recursos Naturais pelo valor de 163.080,00 €.

Terreno cedidos em direito de superfície, por escritura de 22 de Dezembro de 2009, registado na Conservatória do Registo Predial de Gondomar sob o número 6309 de S. Cosme e inscrita na matriz predial urbana sob o artigo 9132, com o valor patrimonial de 3.537.080 euros para construção de um Hospital Escola.

8.2.13 – Indicação dos bens utilizados em regime de locação financeira, com menção dos respetivos valores contabilísticos:

Não aplicável.

8.2.14 – Relação dos bens que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade:

Não aplicável.

8.2.15 – Identificação dos bens de domínio público que não são objeto de amortização e indicação das respetivas razões.

Não aplicável.

8.2.16 – Designação e sede das entidades participadas com indicação da parcela detida, bem como dos capitais próprios ou equivalente e do resultado do último exercício em cada uma dessas entidades, com menção do exercício.

Anexo 1 - Mapa das participações da entidade

A. Participações em entidades societárias

Entidade Participada		Tipo de entidade	CAE (rev II)	CAPITAL	Participação no final do exercício			Forma da realização do capital		Obs.
Denominação	N.I.P.C.				Valor nominal subscrito	%	Valor nominal realizado	Meios monetários	Em Espécie	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)
Metro do Porto, S.A.	503 278 602	Sociedade Anónima	60211	7.500.000,00 €	5,00 €	0,01%	5,00 €	5,00 €		
PRIMUS - Promoção e desenvolvimento regional, SA	504 558 161	Sociedade Anónima								
Águas do Douro e Paiva, S.A.	514 310 774	Sociedade Anónima	36001	20.902.500,00 €	842.185,00 €	4,03%	842.185,00 €	842.185,00 €		
Fundo de Apoio Municipal	513 319 182		84114	417.857.175,00 €	1.822.428,00 €		1.518.690,00 €	1.518.690,00 €		

Até à data de encerramento das contas não dispomos de valores actualizados das entidades participadas

B. Participações em entidades não societárias

Entidade Participada		Tipo de entidade	CAE (rev II)	Capital estatutário	Contribuição			Obs.
Denominação	N.I.P.C.				Em N	Meios monetários	Em espécie	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)
Lipor - Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto	501394192	Associação de Municípios	38212	43.524.832,46 €	1.171.850,08 €	1.171.850,08 €		
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	501627413	Associação de Municípios	91333	- €	5.998,62 €	5.998,62 €		
Área Metropolitana do Porto	502823305	Associação de Municípios	75123	4.705.959,05 €	91.577,00 €	91.577,00 €		
Adeporto - Agência de Energia do Porto	507886550	Associação sem fins lucrativos	94995	197.125,00 €	10.502,00 €	10.502,00 €		
Adrirem - Associação de desenvolvimento Rural integrada das Terras de Santa Maria	508225736	Associação sem fins lucrativos	94995		25.000,00 €	25.000,00 €		
Associação de Municípios Parque das Serras do Porto	513966927	Associação sem fins lucrativos	94992		10.502,00 €	10.502,00 €		
Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R.	508905435	Outra - E.R.	84123	2.284.950,37 €	1.500,00 €	1.500,00 €		

Quadro 60: Participações financeiras

Nota: À data da elaboração da prestação de contas do Município de Gondomar, não obtivemos os dados definitivos das empresas participadas relativas ao ano de 2018

Na sua globalidade os valores das participações apresentam-se adequados.

8.2.17 – Relativamente aos elementos incluídos nas contas “Títulos negociáveis” e “Outras aplicações de tesouraria”, indicação, quando aplicável da natureza, entidades, quantidades e valores de balanço.

Não aplicável.

8.2.18 – Discriminação da conta “Outras aplicações financeiras”, com indicação, quando aplicável, da natureza, entidades, quantidades, valores nominais e valores do balanço.

Não aplicável.



GONDOMAR

é Doura

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

8.2.19 - Indicação global, por categorias de bens, das diferenças, materialmente relevantes, entre os custos de elementos do ativo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adaptados, e as quantias correspondentes aos respetivos preços de mercado.

Não aplicável.

8.2.20 - Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo custo ou do mercado.

Não aplicável.

8.2.21 - Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor.

Não aplicável.



GONDOMAR

é Ouro

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

8.2.22 - Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço.

Valores em euros	
Designação	Total
Impostos indiretos - Loteamentos e obras	5.492,10 €
Impostos indiretos - Ocupação da via pública	13.500,15 €
Impostos indiretos - Publicidade	100.726,66 €
Impostos indiretos - Outros	73,40 €
Taxas - Loteamentos e obras	201.370,45 €
Taxas - Outras	584,55 €
Resíduos Sólidos	325.102,75 €
Serviços - Mercados e feiras	5.436,96 €
Serviços - Outros	7.984,87 €
Rendas - Outras	5.859,77 €
TOTAL conta 218	666.131,66 €

Quadro 61: Composição das dívidas de cobrança duvidosa

A conta 218 – Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa reflete a receita liquidada e não cobrada, em mora há mais de seis meses, incluindo a que já foi transferida para execução fiscal.

8.2.23 - Valor global das dívidas ativas e passivas respeitantes ao pessoal da autarquia local.

Não aplicável.

8.2.24 - Quantidade e valor nominal de obrigações e de outros títulos emitidos pela entidade, com indicação dos direitos que conferem.

Não aplicável.

8.2.25 - Discriminação das dívidas incluídas na conta «Estado e outros entes públicos» em situação de mora.

Não aplicável.

8.2.26 - Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e cauções prestadas e recibos para cobrança de acordo com o seguinte mapa:

Garantias prestadas a Terceiros:

Entidade	Montante
Caixa Geral de Depósitos	82.962,56 €

Quadro 62: Garantias prestadas a terceiros

8.2.27 - Desdobramento das contas de provisões acumuladas explicitando os movimentos ocorridos no exercício, de acordo com o quadro seguinte:

Valores em euros

Contas	Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
19	Provisões para Aplicações de Tesouraria	- €	- €	- €	- €
291	Provisões para Cobranças Duvidosas	578.089,50 €	- €	1.522,92 €	576.566,58 €
292	Provisões para Riscos e Encargos	2.609.706,82 €	- €	20.631,57 €	2.589.075,25 €
39	Provisões para Depreciação de Existências	- €	- €	- €	- €
49	Provisões para Investimentos Financeiros	371,15 €	- €	- €	371,15 €

Quadro 63: Composição das provisões

8.2.28 - Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 «Fundo patrimonial», constantes do balanço.

Valores em euros

Conta	Designação	Saldo Inicial	Reforços	Diminuições	Saldo Final
51	Património	178.976.163,80 €	3.183.965,54 €		182.160.129,34 €
55	Ajustamento de partes de capital em empresas	- €	- €		- €
56	Reservas de reavaliação	- €	- €		- €
	Reservas	- €	- €		- €
571	Reservas legais	1.344.269,21 €	- €		1.344.269,21 €
572	Reservas estatutárias	- €	- €		- €
573	Reservas contratuais	- €	- €		- €
574	Reservas livres	- €	- €		- €
575	Subsídios	9.530,85 €	- €		9.530,85 €
576	Doações	3.576.775,57 €	10.414,60 €		3.587.190,17 €
577	Reservas decorrentes de transferência de ativos	6.032.320,00 €	7.837.176,25 €		13.869.496,25 €
59	Resultados transitados	4.904.823,13 €	251.512,72 €	2.151.598,53 €	3.004.737,32 €

Quadro 64: Composição da classe 5

Património

Reconhecimento na conta 51- Património do montante de 3.183.965,54 euros, resulta da inclusão de bens imóveis, já pertencentes à Autarquia à data da realização do inventário inicial em 2003, mas que ainda não se encontravam inventariados, tendo sido registados nesta rubrica conforme instruções do SATAPOCAL, e deliberada a sua inclusão por decisão da Câmara Municipal:

- 451 – Terrenos e recursos naturais do domínio público no valor de 109.740,87 euros;
- 453 – Outras construções e infraestruturas no valor de 2.651.362,00 euros;
- 4221 – Edifícios no valor de 422.862,67 euros;



GONDOMAR

é Douro

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

Doações

O incremento de 10.414,60 euros resulta do registo das doações a favor do Património Municipal de bens móveis e bens imóveis respeitantes a cedências de terrenos efetuadas por Alvarás de Loteamento.

Reservas decorrentes de transferência de ativos

Reconhecimento na rubrica 577- Reservas decorrentes de transferência de Ativos no valor de 7.837.176,25 euros relativos a transferência para o Património Municipal de escolas do segundo e terceiro ciclo escolar, no âmbito do artigo 56º da Lei nº 55-A/2010, registadas pelo seu valor patrimonial:

- Escola EB23 À Beira Douro (EB2,3 de Medas);
- Escola EB23 Marques Leitão;
- Escola EB23 de S. Pedro da Cova;
- Escola EB23 Infanta D. Mafalda;

Resultados transitados

Os movimentos ocorridos em 2018 na rubrica de resultados transitados são os seguintes:

- Redução no valor de 2.151.598,53 euros, pela aplicação do Resultado Líquido de 2017
- Reforço no valor de 251.512,72 euros, resultante da correcção das amortizações acumuladas de um terreno que estava indevidamente registado na rubrica 4221- Edifícios.

8.2.29 - Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:

Não aplicável.

8.2.30 - Demonstração da variação da produção, como segue:

Não aplicável.

8.2.31 - Demonstração dos resultados financeiros:

Conta Custo	Descrição	Ano 2018	Ano 2017	Conta Proveito	Descrição3	Ano 2018	Ano 2017
681	Juros suportados	204.839,87 €	227.291,45 €	781	Juros obtidos	- €	3.577,77 €
682	Perdas em entidades participadas	- €	- €	782	Ganhos em entidades participadas	154.814,37 €	- €
683	Amortizações de investimentos em imóveis	- €	- €	783	Rendimentos de imóveis	- €	- €
684	Provisões para aplicações financeiras	- €	- €	784	Rendimentos de participações de capital	- €	- €
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	- €	- €	785	Diferenças de câmbio favoráveis	- €	- €
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	- €	- €	786	Descontos de pronto pagamento obtidos	- €	- €
688	Outros custos e perdas financeiros	15.870,07 €	14.841,08 €	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	- €	- €
	Resultados Financeiros	- 65.895,57 €	- 238.554,76 €	788	Outros proveitos e ganhos financeiros	- €	- €
		154.814,37 €	3.577,77 €			154.814,37 €	3.577,77 €

Quadro 65: Demonstração dos resultados financeiros

8.2.7 – Mapa do ativo bruto e das Amortizações e provisões

MUNICÍPIO DE GONDOMAR						
ATIVO BRUTO (IMOBILIZADO BRUTO)						
Rubricas		Saldo Inicial	Reavaliações/Ajustam.	Aumentos	Alienações	Sinistros+Abates+Transf
						Ano: 2018
						Saldo Final
451	Terrenos e recursos naturais	5.613.716,30 €	109.740,87 €	- €	- €	4.619,75 €
452	Edifícios	958.826,80 €	- €	- €	- €	- €
453	Outras construções e infraestruturas	208.459.928,80 €	2.647.102,89 €	4.259,11 €	- €	5.673.276,46 €
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	137.506,23 €	- €	- €	- €	- €
459	Outros bens de domínio público	7.679.949,45 €	- €	- €	- €	20.955,71 €
445	Imobilizações em curso	5.901.131,99 €	- €	8.101.698,93 €	- €	6.270.668,17 €
		228.751.059,57 €	2.756.843,76 €	8.105.958,04 €	- €	571.816,25 €
						239.042.045,12 €
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	- €	- €	- €	- €	- €
431	Despesas de instalação	- €	- €	- €	- €	- €
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	- €	- €	- €	- €	- €
433	Propriedade industrial e outros direitos	869.039,91 €	- €	- €	- €	- €
443	Imobilizações em curso	- €	- €	- €	- €	- €
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	- €	- €	- €	- €	- €
		869.039,91 €	- €	- €	- €	- €
						869.039,91 €
421	Terrenos e recursos naturais	44.088.273,23 €	795.771,00 €	658.109,42 €	- €	454.649,82 €
422	Edifícios e outras construções	276.627.477,12 €	- €	- €	36.812,14 €	10.561.734,03 €
423	Equipamento básico	4.458.236,57 €	2.266,24 €	321.842,71 €	- €	70.866,73 €
424	Equipamento de transporte	2.795.611,13 €	- €	8.694,07 €	- €	116.666,23 €
425	Ferramentas e utensílios	619.747,10 €	110,70 €	26.676,97 €	- €	1.347,64 €
426	Equipamento administrativo	5.120.715,24 €	150.481,50 €	447.868,95 €	- €	69.147,75 €
427	Taras e vasilhame	- €	- €	- €	- €	- €
429	Outras imobilizações corpóreas	5.163.205,56 €	8.864,39 €	46.992,98 €	- €	49.245,56 €
442	Imobilizações em curso	2.457.653,77 €	- €	2.093.205,24 €	- €	3.040.972,42 €
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	- €	- €	- €	- €	- €
		341.330.919,72 €	634.048,17 €	3.603.390,34 €	36.812,14 €	7.668.137,52 €
						353.199.683,61 €
411	Partes de capital	842.689,01 €	- €	- €	- €	- €
412	Obrigações e títulos de participação	2.847.639,87 €	- €	1.012.461,87 €	- €	- €
4141	Invest. em imóveis - Terrenos e recursos naturais	- €	163.080,00 €	- €	- €	- €
4142	Invest. em imóveis - Edifícios e outras construções	- €	- €	- €	- €	- €
4151	Outras aplic. financeiras - Depósitos em instituições financeiras	- €	- €	- €	- €	- €
4152	Outras aplic. financeiras - Títulos de dívida pública	- €	- €	- €	- €	- €
4153	Outras aplic. financeiras - Outros títulos	- €	- €	- €	- €	- €
441	Imobilizações em curso	- €	- €	- €	- €	- €
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	- €	- €	- €	- €	- €
		3.690.328,88 €	163.080,00 €	1.012.461,87 €	- €	- €
						2.840.947,01 €

Quadro 66: Mapa do Ativo Bruto



GONDOMAR

é Doura

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES

Ano: 2018

Rubricas		Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
De Bens de domínio público	485	0	0	0	- €
Terrenos e recursos naturais	4851	0	0	0	- €
Edifícios	4852	140505,25	12342,07	0	152.847,32 €
Outras construções e infraestruturas	4853	156922618,7	14647772,97	0	171.570.391,71 €
Bens do património histórico, artístico e cultural	4855	0	0	0	- €
Outros bens de domínio público	4859	2007685,8	391796,34	0	2.399.482,14 €
		159.070.809,79 €	15.051.911,38 €	- €	174.122.721,17 €
De Imobilizações incorpóreas	483				
Despesas de instalação	4831	- €	- €	- €	- €
Despesas de investigação e desenvolvimento	4832	- €	- €	- €	- €
Propriedade industrial e outros direitos	4833	868.639,91 €	- €	- €	868.639,91 €
		868.639,91 €	- €	- €	868.639,91 €
De Imobilizações Corpóreas	482				
Terrenos e recursos naturais	4821	44.145.218,89 €	4.268.505,28 €	271.813,25 €	48.141.910,92 €
Edifícios e outras construções	4822	15.955,37 €	2.272,05 €	- €	18.227,42 €
Edifícios	48221	3.460.075,17 €	277.325,47 €	71.865,72 €	3.665.534,92 €
Outras construções	48222	2.235.517,81 €	71.881,80 €	102.112,44 €	2.205.287,17 €
Equipamento básico	4823	432.038,11 €	50.916,19 €	1.338,85 €	481.615,45 €
Equipamento de transporte	4824	4.116.122,75 €	354.400,80 €	72.264,57 €	4.398.258,98 €
Ferramentas e utensílios	4825	- €	- €	- €	- €
Equipamento administrativo	4826	4.276.934,42 €	210.109,58 €	49.009,68 €	4.438.034,32 €
Taras e vasilhame	4827	- €	- €	- €	- €
Outras imobilizações corpóreas	4829	- €	- €	- €	- €
		58.681.862,52 €	5.235.411,17 €	568.404,51 €	63.348.869,18 €
De Investimentos em imóveis	481				
Terrenos e recursos naturais	4811	- €	- €	- €	- €
Edifícios e outras construções:	4812	- €	- €	- €	- €
Edifícios	48121	- €	- €	- €	- €
Outras construções	48122	- €	- €	- €	- €
		- €	- €	- €	- €
De Investimentos Financeiros	491				
Partes de capital	491	371,15 €	- €	- €	371,15 €
Obrigações e títulos de participação	492	- €	- €	- €	- €
Outras aplicações financeiras:	495	- €	- €	- €	- €
Depósitos em instituições financeiras	4951	- €	- €	- €	- €
Títulos de dívida pública	4952	- €	- €	- €	- €
Outros títulos	4953	- €	- €	- €	- €
		371,15 €	- €	- €	371,15 €

Quadro 67: Mapa das amortizações e provisões

8.2.14 - Relação dos Bens por inventariar

Não são conhecidos bens por inventariar.

8.3.61 – Mapa dos empréstimos

CÂMARA MUNICIPAL DE GONDOMAR
MAPAS DOS EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZO

Data aprov. Assembleia Municipal	Data contrato	Voto Tribunal Contas		FINALIDADES	Entidade Credora	Taxa de juro		Divida a 1 de Janeiro de 2018	Encargos do ano de 2018		Divida a 31 de Dezembro de 2018
		Nº registo	Data			Inicial	actual		Amortização	Juros	
18	08-09-95	89023	04-12-96	Aquisição de 88 fogos no lugar de Fontela destinados a arrendamento - PER - (I)	CGD	2,625%	0,1642%	256.740,26	64.136,22	122,07	192.604,04
19	25-07-93	6298 37366	10-02-97 15-10-98	Construção de 404 fogos no Bairro Mineiro destinados a arrendamento - PER - (I)	CGD	2,188%	0,2915%	2.163.992,55	307.749,96	3.137,57	1.856.242,59
20	25-07-97		01-08-97 29-01-98	Construção de fogos em várias freguesias destinados a arrendamento - PER - (I)	BCP	1,453%	0,1707%	3.260.277,35	591.112,77	3.889,46	2.669.164,58
21	25-07-97	35560 7154	07-07-97 11-3-98	Construção de fogos em várias freguesias destinados a arrendamento - PER - (I)	BPI	1,500%	0,1707%	3.259.097,31	591.803,66	1.772,74	2.667.293,65
22	11-02-00	1486	12-07-00	Aquisição de 25 fogos no lugar da Triana destinados a arrendamento - PER - (I)	CGD	1,193%	0,0013%	71.390,60	25.960,21	-	45.430,39
24	13-07-01		a)	Empréstimo destinado a obras de reparação dos danos causados pelas intempéries (I)	CGD	1,417%	0,2572%	241.588,75	60.346,33	129,80	181.243,42
25	16-06-05	1886	31-08-05	Financiamento à construção do Pavilhão Multusos de Gondomar - (FEDER) - (I)	BST	2,275%	0,3702%	3.671.052,75	473.684,20	-	3.197.368,55
38	18-02-09	522	26-05-09	Financiamento à construção de Edifícios escolares	CGD	2,040%	1,8300%	1.190.647,82	64.151,40	17.397,32	1.126.496,42
103	16-06-10	1566	31-12-10	Financiamento à construção de Centros Escolares	BCP	2,000%	1,7810%	2.133.698,28	70.873,28	26.497,71	2.062.825,00
				Sub - Total (empréstimos excepcionados)				16.248.485,67	2.249.817,03	52.946,67	13.998.668,64
27	28-02-07	1409	04-02-08	Financiamento destinado a aquisição 348 fogos de habitação Social (complementar)	BST	5,000%	0,0800%	2.802.332,68	183.759,52	-	2.618.573,16
28	28-02-07	1415	04-02-08	Financiamento destinado a aquisição 156 fogos de habitação Social - Mó. S. Pedro da Cova	CGD	2,370%	0,0512%	2.576.882,94	163.024,72	-	2.363.858,22
29	28-02-07	1413	04-02-08	Financiamento destinado a aquisição 100 fogos de habitação Social - Bagum do Monte	CGD	2,370%	0,0512%	1.640.430,09	105.834,20	-	1.534.595,89
30	18-02-09	1414	04-02-08	Financiamento destinado a aquisição 93 fogos de habitação Social - Zorra, S. Cosme	CGD	2,370%	0,0512%	1.396.504,25	90.097,04	-	1.306.407,21
31	18-02-09	521	26-05-09	Construção do Centro de Acolhimento de Crianças e Jovens de Gondomar	CGD	2,840%	1,8300%	648.885,92	35.495,21	9.626,00	613.390,71
32	18-02-09	522	26-05-09	Financiamento à construção de Edifícios escolares	CGD	2,840%	1,8300%	2.363.134,45	130.246,78	35.321,80	2.232.887,67
33	09-07-09	1657	08-10-09	Financiamento complementar para aquisição de 109 fogos em Sª Eulália	BANIF	3,220%	2,0020%	1.125.829,10	57.871,63	18.199,57	1.067.957,47
34	09-07-09	1654	08-10-09	Financiamento complementar para aquisição de 88 fogos na Triana	BANIF	3,220%	2,0020%	876.466,03	45.053,48	14.168,50	831.412,55
35	09-07-09	1655	08-10-09	Financiamento para aquisição de 109 fogos em Sª Eulália	IHRU	1,060%	0,6334%	2.200.250,53	132.937,56	9.731,87	2.067.312,97
36	09-07-09	1656	08-10-09	IHRU - Empréstimo 88 fogos - Triana	IHRU	1,060%	0,6334%	1.713.052,84	103.655,94	7.576,23	1.609.396,90
59	06-08-09	188	01-06-10	Financiamento destinado à reabilitação de fogos de Habitação Social - Giesta	IHRU	1,060%	0,4490%	343.712,22	18.927,89	1.521,04	324.789,33
102	16-06-10	1566	31-12-10	Financiamento à construção de Centros Escolares	BCP	2,960%	1,7810%	2.455.259,69	144.129,59	53.798,37	2.311.130,10
53	27-12-12	1118	28-08-13	Financiamento para aquisição de 43 fogos em Vila Verde	IHRU	1,130%	1,0485%	779.371,82	33.919,92	6.839,84	745.451,90
				Sub - Total (empréstimos não excepcionados)				20.872.112,56	1.244.948,48	156.783,22	19.627.164,08
				TOTAL				37.120.598,23	3.494.765,51	209.729,89	33.625.832,72

Quadro 68: Mapa dos Empréstimos

15) Certificação Legal de Contas
